

PARTE III
**Enquadramento histórico, étnico
e político de Mandlakazi:
do *Mfecane* ao Estado de Gaza**

«Obedecendo aos usos dos seus maiores, já também o Gungunyane fundou mais uma casa fidalga que recebeu o nome de Manjacase [Mandlakazi], a qual, a não haver uma transformação radical nos hábitos e instituições assentes, é destinada a representá-lo por largo futuro fora».

ALMEIDA, J. (1898), *Dezoito anos em África. Notas e documentos para a biografia do Conselheiro José de Almeida*, Lisboa, Mendonça.

«Junto de cada um [régulo] funcionava sempre um conselho composto dos grandes, isto é, dos que se distinguem pela idade e poderio, e dos chefes de famílias principais. Este conselho é ouvido em todas as questões que interessam à tribo. A opinião deste conselho é obrigatória ouvir e muitas vezes seguir».

D'ORNELLAS, A. (1930), *Cartas de África: a Campanha do Gungunhana - 1895*, Lisboa.

1. Contextualização histórica e étnica do distrito de Mandlakazi

O território do distrito de Mandlakazi¹ abarca uma vasta região geográfica, habitada actualmente por uma população composta por vários grupos e subgrupos étnicos característicos do Sul de Moçambique, destacando-se a predominância, dos grupos étnico-linguísticos Tsonga (VaTsonga)², Copi (VaCopi)³ e Changana (MaChangana)⁴ (ver mapa 5). A documentação escrita portuguesa e algumas tradições orais locais permitem discernir, já no século XVI, um núcleo de reinos e de chefaturas, de maior ou menor dimensão política e estratificação social, relativamente bem estabilizados quer no litoral ao Norte da baía de Santa Lúcia, quer ao redor da baía de Lourenço Marques, quer ainda, ao longo dos vales dos rios Maputo, Incomáti, Limpopo e Inharrime. Estas comunidades políticas teriam sido fundadas por emigrantes proto-Sothos (Nyaka, Mpfumo, Libombo, Manhiça) ou proto-Shonas (Tembe, Inhampura, Mucumbi e Gamba), alguns deles chegados no século anterior (ver mapas 37 e 38)⁵. Nesta conjuntura histórica, já se observaria entre eles alguma homogeneidade cultural e linguística, podendo-os considerar, como os precursores da cultura Tsonga⁶.

Todavia, parecem reportar-se aos finais do século XVII as primeiras tradições orais que mencionam, em termos históricos mais exactos, a deslocação de grupos sociopolíticos que já podem classificar-se, com algum fundamento social e cultural, como VaTsonga. Talvez pressionados por imigrantes dos clãs N'cuna e Hlanga, os Inhampuras e parte dos Bilas deixaram as férteis pradarias entre o Incomáti e o Limpopo e penetraram no presente território Copi, fundando estes últimos, como adiante veremos, uma ou mais unidades políticas que tomaram o nome colectivo de Bila-N'culo, donde derivou a forma aportuguesada de Vilanculos⁷. Também parte dos Nualungo-Va-Loyi, pressionados pelos Xhosas de Ricotcho, atravessaram o rio Limpopo e deram origem a outro verdadeiro Estado que veio a ser conhecido por Nuanati (Nwanati), com dimensões territoriais de tal maneira vastas que Leonor Matos chega mesmo a sugerir para esta comunidade política, a classificação de Império⁸.

Por seu lado, o reino de Chaúque, estabelecido ao Sul do Limpopo, atravessou este rio para se fixar na sua margem esquerda. Embora se ignore como este Chaúque se interliga, na sua origem, com a etnia Hlengue (Hlengwe), afigura-se que este último nome deve ter surgido nos finais do século XVII, para designar os grupos sociais e políticos que se dispersavam pela vasta região interior e árida, limitada pelo Save, pelo Limpopo e pelo seu afluente, actualmente conhecido por Changane. Deste modo, nas três primeiras décadas do século XVIII, talvez em resultado da expansão territorial do reino Venda, ocorreram grandes movimentos populacionais e profundas transformações sociais, demográficas e políticas⁹.

Deslocando-se, igualmente, do densamente habitado vale do Limpopo, duas outras comunidades políticas migrantes de origem Bila e Nuanati, estabeleceram-se entre-os-rios Changane e Inharrime e o litoral de Inhambane. A primeira, veio a ser designada pelos

portugueses por Bila ou Landim, a segunda, fundou o reino de Macuacua (Makwakwa). Com efeito, nesse primeiro quartel do século XVIII já se havia familiarizado o termo Landins para englobar todos os elementos integrados nessa cultura Tsonga, que diversos autores, consideram distinta e localmente formada¹⁰.

Os anos que se seguem, de 1730 a 1780, são caracterizados por grandes migrações de Landins, aparentemente causadas por pressões demográficas internas surgidas entre a população dos vales do Umbeluzi, Incomáti, Limpopo e Inharrime, agravadas pelo precedente advento de grupos de origem Venda e Nguni-Khosa. Por este motivo demográfico, emigraram para o território entre Inharrime e o oceano, grupos de Va-Loyi e de Cossas de Magude que, juntamente com os Venda chegados do Zoutpansberg, podem ter causado a segunda deslocação dos Vilanculos, desta vez para a área geográfica de Morrumbene.

De 1780 até à invasão dos VaNguni chefiados por Soshangane, as migrações Landins foram mais raras e em distâncias mais curtas, mas envolveram maiores massas populacionais. Tal facto histórico, pode explicar-se pelo robustecimento e pela estabilização das unidades políticas e, ainda, pelo exponencial crescimento demográfico¹¹.

O reino de Dzivi (Mative), em fase de expansão territorial e refeito das lutas de sucessão política que se seguiram ao falecimento em 1775 do seu chefe tradicional Macia, expulsou parte dos Bilas para a sua terra natal, entre a foz do Limpopo e o vale do Incomáti. Este facto pode também ter provocado a terceira e última migração dos Vilanculos de Morrumbene para a área fronteiriça ao arquipélago de Bazaruto, área geográfica que lhes deve o seu actual nome. Os Vilanculos, juntamente com os Macuacuas continuaram a pressionar a expulsão dos (Bi)Tongas. Parte dos Matives vieram a deslocar-se para Norte, em direcção ao Save, aí fundando três pequenas comunidades políticas conhecidas por Mazivi, Muabsa e Manhiça, ainda classificadas entre os Tswa no primeiro quartel do século XX¹².

É tarefa difícil esboçar satisfatoriamente os movimentos migratórios que se sucederam no Sul de Moçambique durante os séculos XVI, XVII e XVIII, período histórico em que se julga terem sido robustecidos os factores que provocaram a diferenciação cultural e linguística entre os VaTsonga e os VaCopi¹³. Esta constatação histórica ressalta, com particular evidência, quando se procede, com alguma sistematização e profundidade analíticas, à recolha das tradições orais de origem. É precisamente o caso dos VaCopi. No entanto, poder-se-á referir que, às primeiras migrações de pequenas comunidades clánicas Cocas (Khoka), vieram sobrepor-se outros imigrantes cuja chegada se pode, teoricamente, fixar no século XVIII. Seriam, em parte, de origem proto-Nguni, como o clã N'cuna, já fixado no vale do Limpopo e que teria dado origem à chefatura Tchimine.

Todavia, a maioria dos invasores deste século – talvez pressionados pela generalidade dos mesmos N'cunas, pastores de bovinos necessitando de água e boas pastagens – seria oriunda da fértil planície do Bilene. Daí, como acima referimos, terem assumido o apelido colectivo de Bila-N'culo. Nestas migrações da margem direita para a margem esquerda do Limpopo, teria participado, total ou parcialmente, a chefatura de Inhampule (o Inhampura ou Ampulo dos textos portugueses) que, pelos relatos dos náufragos, se sabe ter

ocupado a supracitada planície de Bila, ao Norte da Manhiça, nos finais do século XVI e inícios do século XVII. Os ditos Vilanculos constituíram-se em aristocracia dominante até aos princípios do século XVIII, impondo-se pela sua reconhecida competência técnica na metalurgia do ferro, segundo revelam algumas fontes escritas¹⁴.

Mais tarde, em pleno século XVIII, ocorreram frequentes deslocações populacionais, inúmeros conflitos e fragmentações políticas, múltiplas e profundas transformações demográficas, económicas e sociais que fizeram David Beach afirmar que, apesar das colossais devastações dos invasores VaNguni que o caracterizaram, o século XIX foi, mesmo assim, menos turbulento que o século anterior¹⁵.

Na verdade, as tradições orais e escritas recolhidas por alguns autores, são unânimes em atribuir a invasores de origem Bvecha (Venda), Lobedo (Lovedu), Va-Loi (Loyi) e Cossa (Khosa) a expulsão da aristocracia Vilanculos para as terras nortenhas, vizinhas de Morrumbene¹⁶ e viriam, igualmente, a ser bem aceites pelas populações locais após demonstrarem ainda maior competência técnica que os anteriores dirigentes políticos, nessas técnicas metalúrgicas que marcavam, de maneira insofismável, a superioridade cultural e os direitos de supremacia política¹⁷.

Apresenta-se, ainda, um outro registo de deslocação populacional, que visa explicar o advento, algo ulterior, de outra minoria dominante, agora de origem Va-Loyi, e radica-se na comprovada expansão militar dos domínios políticos dos dois monarcas da aristocracia Rozvi-Singo, conhecidos por Masindi e Tshisevhe; expansão territorial que atingiu regiões situadas quer a Leste quer a Sul da região montanhosa de Zoutpansberg¹⁸.

Sabe-se que submeteram os Maluleques, vizinhos setentrionais dos Va-Loyi. Parece admissível que, temendo idêntica sorte, parte deles tenha decidido partir, também para o litoral, fundando inicialmente a chefatura Mbandze, donde irradiaram sucessivos segmentos políticos (Zandamela, Nhantumbo, Mangue, Mavila). Este deslocamento populacional para o litoral parece ter sido posterior ao de outros três segmentos políticos do ramo Nuanati do núcleo Va-Loyi: os Macuacuas, os Manhiques e, enfim, os Cambana-Mondlane¹⁹.

Por último, parece ter ainda havido a deslocação e chegada de uma terceira minoria política dominante, com nome colectivo de Langa, que se reclama província do país Cossa, (no actual distrito de Magude – província de Maputo), minoria étnico-linguística esta que veio a fundar o reino de Cueba, depois subdividido em várias chefaturas: Bahanine, Makupulani, Mangunze, Mahumane, Canda, Guilundo²⁰.

Em síntese, podemos referir que, à semelhança da designada por Tsonga, a população caracterizada de Copi pelos invasores VaNguni do século XIX, foi formada por elementos de múltiplas origens étnicas, culturais e linguísticas, mas com o predomínio original de Cocas e, posteriormente, de Shona-Karangas²¹. Henri-Philippe Junod, após anos de cuidadosas investigações científicas, reconheceu que o estrato étnico mais antigo da população proto-Copi quase desaparecera, muito embora tivesse exercido profunda influência na língua e nos costumes culturais dos sucessivos grupos sociopolíticos que o vieram a dominar militarmente²².

2. As migrações e invasões Nguni do século XIX no Sul de Moçambique

O século XIX (1820-1900) foi, no Sul de Moçambique, marcado pelas migrações, incursões e invasões Nguni, provenientes da África do Sul (ver mapa 31)²³. De facto, o início deste século, foi caracterizado por uma grande invasão demográfica, em diversas direcções, sobretudo, em direcção a Moçambique, de comunidades políticas provenientes do Sul da região do Natal: os Nguni (VaNguni)²⁴ (ver mapa 32).

A este grande movimento populacional chamou-se *Mfecane (Difaqane)*²⁵ (ver mapa 33). John Omer-Cooper refere que esta violenta «revolução sociopolítica» é de grande importância para a história da África Austral, em geral, e, de Moçambique, em particular, porque o seu significado não se encontra apenas na enorme escala desse movimento populacional ou nas profundas transformações nos padrões demográficos a que deu origem, mas também, porque foi um processo de mudanças políticas, no centro das quais esteve a emergência de um novo modelo de organização social e política na Zululândia – Kwa-Zulu – (e mais tarde em Moçambique), e ainda, pelo surgimento de novos métodos de integração das diferentes etnias «assimiladas» numa única comunidade política, e, consequentemente, a novas formas de relações sociais, económicas, administrativas, culturais e políticas²⁶.

As migrações Nguni para a região do actual Moçambique admitem comparações históricas óbvias com as migrações dos VaTsonga, cem anos antes²⁷. A um determinado nível analítico, foram um (colossal) movimento migratório de clãs patrilineares de criadores de gado em busca de novas terras para povoar, com a capacidade de se organizarem em comunidades sociais e políticas maiores e com capacidade militar superior às sociedades agrícolas organizadas em aldeias, no Sul de Moçambique. A expansão e as conquistas militares dos VaTsonga, apesar das profundas mutações sociais introduzidas, tinham sido, todavia, mais limitadas nos seus objectivos políticos e os seus efeitos militares não haviam sido sentidos a Norte do Save.

De cerca de 1824 a 1836, N'qaba Msane dominou territorialmente todo o Moçambique desde o Save até ao Zambeze, criando a maior comunidade política efectiva que a região provavelmente alguma vez conheceu (ver mapa 39)²⁸. N'qaba Msane cobrava tributo aos afro-portugueses e aos antigos regulados Tongas e Karangas. No entanto, o prolongamento da seca não permitiu que as linhagens patrilineares instalassem com carácter permanente a sua economia agro-pecuária nas terras altas (impedindo, assim, que este processo territorial gozasse de efectiva estabilidade política). Entretanto, outros bandos guerreiros VaNguni entravam também em Moçambique, impelidos pela seca e pela ameaça de ataque militar de outros cabos-de-guerra Zulu.

Quando em 1824 N'qaba Msane partiu do planalto do Zimbabwe, deixou no local os VaNguni de Mgwana Maseko a disputarem o domínio político da região a outro bando Ndwandwe, comandado pelo lendário Zwangendaba (ver mapa 35)²⁹. Em certo momento

histórico, no início da década de 1830, Zwangendaba foi derrotado e fugiu com os seus homens para o vale do Zambeze atravessando este grande rio perto do Cachombo em 1835. Em 1837-1838, os restantes elementos dos séquitos de Ngwana Maseko e de Nqaba Msane entraram também no vale. Os VaNguni de Ngwana Maseko assolaram os estabelecimentos afro-portugueses perto de Tete antes de atravessarem o Zambeze; e existem também, relatos de assaltos dos homens de Nqaba Msane na região do Zumbo ainda em 1856, antes que também eles passassem o rio e seguissem para o Norte³⁰.

Nqaba Msane e Maseko Ngwana tinham sido deslocados por dois outros cabos-de-guerra VaNguni, Soshangane e Mzilikazi, e foi com estes dois influentes indivíduos que realmente começou a história política «moderna» da África Austral³¹. Soshangane, era um general Ndwandwe, que tinha ocupado a região a Sul do Limpopo no início da década de 1820³². Dedicando-se a assaltos para Norte da sua capital, Bilene, Soshangane enfrentara militarmente várias vezes os portugueses de Inhambane antes que o alargamento da sua área de acção política o conduzisse inevitavelmente a entrar em conflito armado com Nqaba Msane e a derrotá-lo definitivamente em 1836 ou 1837³³. Em princípios da década de 1840, Soshangane viria a ampliar territorialmente o seu reino até ao Zambeze. Entretanto, novas erupções políticas e militares jorravam da cratera da terra Nguni, no Natal e na Suazilândia. Em 1833, os Zulus de Dingane, irmão e sucessor político de Shaka, com a ajuda de alguns chefes tradicionais Ronga, assaltaram o porto português de Lourenço Marques e assassinaram o governador português Dionísio António Ribeiro (ver mapa 36)³⁴. Por sua vez, em 1839, o antigo general Zulu, Mzilikazi, que fundara a sua monarquia militar independente, de estilo Zulu, no Norte do Transval, foi desalojado pelos *trekkers* «boers», comandados por Andries Potgieter, e atravessou o Limpopo para ocupar as terras altas do planalto do Zimbabwe, já devastadas pela passagem de Zwangendaba e de Ngwana Maseko (ver mapa 34).

Os ciclos de secas terminaram na década de 1840, permitindo que as instituições Nguni, economicamente baseadas no gado, entrelaçassem de novo as suas fragmentadas comunidades políticas ainda sobreviventes. Tanto Soshangane como Mzilikazi iriam fundar monarquias estáveis que restauraram a prosperidade económica e comercial e ajudaram a reconstruir o tecido social de uma África Austral despedaçada por duas décadas de desastre ecológico e de guerras sangrentas³⁵.

Todavia, enquanto Soshangane começava a impor uma certa estabilidade política na região a Sul do Zambeze, os efeitos destruidores das incursões Nguni faziam-se sentir a Norte deste rio. O derrotado exército de Zwangendaba, que atravessara o Zambeze em 1835, manteve durante quatro anos a sua ocupação militar das terras dos Nsengas e dos Cheuas, destruindo de uma vez para sempre todos os vestígios políticos dos antigos regulados Maraves³⁶. Ao cabo de quatro anos, Zwangendaba afastou-se para Norte, chegando às margens do lago Tanganica antes de morrer em 1845.

Depois da sua morte, o embrião da «nação» de Zwangendaba desfez-se politicamente e partes do seu séquito deslocaram-se, sob o comando de chefes tradicionais VaNguni

rivais, para vários pontos da África Austral. Mpeseni, um dos filhos de Zwangendaba, voltou com os seus seguidores para ocupar o alto curso do rio Luangwa; Mbelwa conduziu outro grupo Nguni para as terras altas a Oeste do lago Malawi (Niassa); e um terceiro grupo militar, comandado pelo Zulu Gama, dirigiu-se para o alto vale do Rovuma³⁷.

Cada um deles recriou o «Estado» arquétipo Nguni, baseado nos *butho*³⁸ (grupos ou regimentos militares formados por classes de idade), e na linhagem patrilinear de criadores de gado, todos coordenados por uma forte monarquia centralizada. Qualquer um dos casos, como adiante veremos, absorveu as chefaturas e reinos circundantes por meio do seu sistema de arregimentação militar e submeteu as populações autóctones de uma área geográfica ainda maior a incursões regularmente praticadas e ao pagamento do tributo económico. Neste processo político-territorial foram finalmente varridos ou «assimilados» os vestígios sociais de alguns dos mais antigos e poderosos regulados da África Austral (ver figura 4).

A Leste do lago Malawi (Niassa) e nos vales do Rovuma e do Lugenda, os acontecimentos políticos evoluíram de modo muito diferente. Dois ou três anos depois de Zwangendaba ter atravessado o Zambeze surgiram ali também os VaNguni de Ngwana Maseko, em debandada, após a derrota militar sofrida no planalto da Angónia. No princípio da década de 1840, os VaNguni de Ngwana Maseko passaram para o lado oriental do lago Malawi, atacaram os Ajauas e os Macuas e instalaram-se ao longo do vale do Rovuma. Daí, segundo alguns relatos escritos e orais, as suas incursões militares atravessaram a actual Tanzânia e chegaram ao lago Vitória.

Em finais da década de 1840 ou no início da década de 1850, porém, os Masekos foram vencidos pelo Zulu Gama e, retirando pela margem direita do lago, pelo mesmo caminho por onde tinham avançado, instalaram-se finalmente nas montanhas a Oeste do Chire. Os seguidores do Zulu Gama substituíram então os VaNguni de Ngwana Maseko no vale do Rovuma, onde o nome Guanguara lhes ficou ligado e às populações autóctones por eles submetidas. As incursões militares dos Guanguaras estendiam-se regularmente até à costa, parecendo ter sido a causa política decisiva da migração em massa para Sul dos Ajauas, em finais da década de 1850. Os Guanguaras iriam ser um factor político dominante na vida do Moçambique setentrional até perto do fim do século XIX³⁹.

Vinte anos de guerras e de migrações deixariam ao futuro «Estado» moçambicano uma herança política de três reinos Nguni, total ou parcialmente contidos no interior das suas fronteiras culturais e territoriais⁴⁰. A monarquia de Gaza de Soshangane, no zénite do seu poder, ocupou virtualmente toda a região entre o Zambeze e o rio Incomáti e foi a maior monarquia Nguni instalada, sem excluir os reinos Zulu e Suázi. O território dos VaNguni de Ngwana Maseko estendia-se por parte do distrito de Tete, a área geográfica denominada Angónia e, no extremo Norte, o território Guanguara abarcava as margens do Alto Rovuma⁴¹.

Dois outros reinos Nguni estenderam também a sua influência política a terras moçambicanas. O reino Ndebele, fundado por Mzilikazi, comercializava com os afro-

-portugueses do Médio Zambeze e, de tempos a tempos, assaltava os Shonas da planície⁴². Ao mesmo tempo, os salteadores de Mpeseni desciam regularmente o Luangwa, tornando muito precária a existência política e a sobrevivência económica das populações autóctones dessa região e, instáveis as transacções comerciais dos negociantes que se arriscavam a subir o vale.

3. Ascensão, queda e declínio do Estado de Gaza no Sul de Moçambique

A área geográfica de Moçambique a Sul do Zambeze foi unida politicamente pela primeira vez pelos reis de Gaza: o Estado colonial português «herdou» essa hegemonia política e inseriu-a nas estruturas político-administrativas derivadas dos seus próprios presídios de comércio⁴³.

Na prática, o Estado de Gaza nunca atingiu o tipo de comunidade política de malhas bem apertadas e com fortes elementos de centralização administrativa que caracterizaram outras monarquias Nguni⁴⁴. Depois das suas conquistas militares no Norte, Soshangane entregou o domínio político da área setentrional ao seu filho Muzila e voltou para Sul, para o Bilene, a sua capital, no vale do Limpopo.

As regiões remotas do Estado pagavam tributo económico a Gaza, no entanto, a colecta das receitas não estava organizada de um modo rigidamente centralizado (porém, hierarquizado/estratificado) e era conduzida pelas principais «casas» Nguni: linhagens ligadas ao rei, às quais este concedia uma espécie de independência política feudal em certas regiões do país. A cobrança do tributo material seria de uma importância económica vital para essas «casas»: muitas das manobras políticas e das campanhas militares dos reis de Gaza foram motivadas pela necessidade de manter o fluxo do tributo económico.

Soshangane morreu em 1858 e a parte Sul do Estado de Gaza foi dilacerada durante cinco anos por uma contínua «guerra civil». Esse período histórico de permanentes conflitos militares permitiu que crescesse a influência política portuguesa e, embora o não tenha destruído, debilitou muito a capacidade político-militar do Estado de Gaza, especialmente no Sul. Por morte de Soshangane, o herdeiro político do Estado de Gaza, em linha de sucessão directa, era Mawewe, filho de Soshangane e de mãe Suázi. Mawewe, que (de)tinha alguns apoios políticos nos portugueses de Inhambane, tomou conta das áreas meridionais do Estado e da capital, no Bilene, obrigando os seus rivais a fugir para o exílio político⁴⁵.

Muzila, outro filho de Soshangane, mas de mãe Tsonga, que governara o Norte do Estado em nome do pai, fugiu primeiramente para o posto fronteiriço Boer de Schoemansdal, onde João Albasini, tentou – sem sucesso – organizar apoios políticos e militares para o sentar no trono⁴⁶. Muzila veio, por fim, em 1861, a conseguir apoios militares nos VaTsonga do extremo Sul e nos portugueses de Lourenço Marques com os seus bandos de

caçadores de elefantes; apoio este que teve o seu preço, pois Portugal exigiu o reconhecimento da sua soberania política sobre as terras que iam até ao Incomáti e mesmo, segundo se disse, sobre todo o Estado de Gaza⁴⁷.

Entre 1861 e 1864, o Sul foi novamente devastado por várias vezes; os exércitos Suázis que apoiavam Mawewe assolaram o Sul de Moçambique, procurando destruir Muzila definitivamente⁴⁸. Contudo, Muzila não só se salvou, como saiu vitorioso dessa luta armada; depois da morte do rei Suázi Mswati, em 1865, a pretensão política de Mawewe ao trono de Gaza foi abandonada⁴⁹. Entretanto, a economia do Sul tinha ficado arruinada em consequência dessas guerras lancinantes. Extensas regiões do país estavam despovoadas e milhares de pessoas haviam fugido para obter protecção militar dos portugueses de Lourenço Marques. A influência política do presídio foi, com isso, enormemente reforçada. Com a devastação militar vieram também as fomes e as doenças estimulando, por sua vez, o engrossamento do exército de mão-de-obra migrante proveniente dos portos do Sul. Todos estes factores conjunturais contribuíram para o desenvolvimento da economia colonial portuguesa e para o enfraquecimento progressivo das comunidades políticas moçambicanas, e naturalmente, da sua base socioeconómica.

Depois da «guerra civil», em 1862, Muzila mudou a sua capital política para Mossurize, nas encostas dos montes Chimanimani (ver mapa 40). Mossurize estava situada numa fértil região para criação de gado, mais central que o Bilene, a Sul, e permitia-lhe dominar mais firmemente as regiões setentrionais do Estado abrindo novas áreas de incursões militares no planalto do moderno Zimbabwe e do Norte do Transval (ver mapa 42). Essa mudança política foi notavelmente feliz, pois com ela o poder do Estado de Gaza ficou rapidamente (r)estabelecido na maior parte da região a Sul do Zambeze. Encurralados os portugueses, nos seus estabelecimentos à beira-rio, recomeçou o fluxo comercial de marfim para a costa. Ao longo da década de 1870, a autoridade política de Muzila não foi seriamente contestada a não ser em regiões geográficas muito remotas do seu Estado; e o raio de acção militar das incursões dos *impis* (guerreiros/soldados Nguni) de Gaza, ampliou-se cada vez mais.

Todavia, a transferência do centro do Estado de Gaza para um local mais a Norte serviu para reforçar a sua fraqueza e desorganização político-económica no extremo Sul. Os régulos VaTsonga das áreas meridionais começaram a procurar com frequência crescente os portugueses de Lourenço Marques para efeitos de comércio e de protecção militar. Em menor medida, também Inhambane servia como enclave político de uma semi-independência que oferecia alguma protecção militar às populações Copi locais contra as exacções de Gaza.

Quando Muzila morreu, em 1884, parecia não existir nenhuma ameaça militar séria ao poderio político do Estado de Gaza em toda a região entre o Zambeze e o Limpopo até ao reino Ndebele, a Oeste, com o qual Muzila contraíra uma aliança de casamento. Todavia, esse poderio político e militar era frágil, ambíguo e ilusório. As mudanças económicas que iam ganhando balanço enfraqueciam as estruturas sociais e políticas de que o Estado

dependia e, ao mesmo tempo, fortaleciam as crescentes rivalidades das diversas «agências» europeias que dentro em pouco entrariam em concorrência política e diplomática pela influência de Gaza.

Já durante o reinado de Muzila diversos viajantes europeus haviam chegado à corte de Gaza, explorando, prospectando e procurando obter concessões económicas. Durante os últimos anos da década de 1870, as autoridades administrativas do Natal tinham enviado três embaixadas ao rei em busca de privilégios no comércio de marfim e procurando concluir acordos económicos para o recrutamento de mão-de-obra. Em 1879, um grupo de jesuítas fora visitar a capital de Muzila e viajara pelo país até à costa. Seguiu-se-lhes em 1880 uma excursão organizada pela Royal Geographical Society de Londres. Houve, depois disso, uma embaixada oficial portuguesa, dirigida por António Maria Cardoso. Nenhum destes visitantes causou grande impressão pessoal e/ou política em Gaza. As actividades económicas e militares de Manuel António de Sousa e dos seus apoiantes, eram, do ponto de vista político, aos olhos dos dirigentes de Gaza, muito mais ameaçadoras⁵⁰.

Manuel António de Sousa tornara-se preponderante nas décadas de 1850 e 1860 como o mais poderoso senhor de *prazos*⁵¹ e caçador de elefantes do Baixo Zambeze. Cooperando com a administração colonial portuguesa, obtivera fornecimentos de armas de fogo e tornara-se, pouco a pouco, indispensável ao governo na defesa militar da via de comércio do Zambeze. O governo havia-lhe alugado um conjunto de *prazos*, incluindo o da Gorongosa, que ele fortificara com paliçadas formando uma espécie de «linha Maginot» destinada a proteger dos assaltos militares de Gaza, os principais estabelecimentos comerciais do Zambeze⁵². Durante as «guerras civis» de Gaza, Manuel António de Sousa teve oportunidade de consolidar a sua posição política; mas, quando Muzila saiu finalmente vitorioso, os exércitos de Gaza venceram rapidamente as suas defesas e os estabelecimentos do Baixo Zambeze voltaram a ficar sujeitos ao tributo económico.

No fim da década de 1860, Manuel António de Sousa deu apoio militar às tentativas – espectacularmente malogradas – das autoridades coloniais portuguesas para reduzir o poderio político e económico dos Cruz de Massangano. Todavia, em princípios da década de 1870, começou a expandir de novo a sua influência belígera intervindo com êxito nos assuntos de Manica e preparando-se para tomar o domínio político do reino independente do Barué⁵³.

Em 1880, Manuel António de Sousa teve a sua grande oportunidade política: a morte do Macombe do Barué provocara um interregno político na sucessão ao trono. Os capitães de Manuel António de Sousa invadiram o reino e conquistaram-no com poucos combates⁵⁴. O seu poderio militar, baseado em correntezas de paliçadas fortificadas, estendia-se já desde Sena, através da Gorongosa e do Barué, até às serranias de Manica (ver mapa 22)⁵⁵. Se bem que os bandos de cobradores de tributo económico de Gaza pudessem ainda passar ao longo da costa para Cheringoma e o delta, o resto da Zambézia portuguesa escapara já ao seu domínio político.

Entretanto, as rápidas transformações sociais e económicas nas regiões baixas e em redor dos presídios comerciais portugueses, estavam, também, a debilitar a estrutura política do Estado de Gaza. Com a sua capital no Mossurize, bem no interior, o domínio territorial de Gaza nas regiões da costa era cada vez mais ténue.

Em 1884, quando Mundungawe, que adoptou o nome de Ngungunyane, sucedeu a seu pai Muzila no trono, teve de enfrentar as crescentes pressões políticas externas e a necessidade de reafirmar o domínio «régio» sobre uma população em processo de rápida fragmentação política e territorial⁵⁶. As suas primeiras manobras políticas orientaram-se no sentido de jogar os diversos centros de poder portugueses uns contra os outros. Consciente do crescente poderio militar de Manuel António de Sousa no Norte e do apoio cada vez maior dos governadores de Inhambane às populações da costa que resistiam à cobrança do tributo económico, Ngungunyane procurou – o que não é de surpreender – uma aliança política com o governador português de Lourenço Marques. Assim, em 1885, Ngungunyane assinou um acordo com Portugal por meio do qual a sua soberania política era reconhecida em todo o Estado de Gaza⁵⁷. Em troca, Ngungunyane aceitava na sua corte um residente português, arvorava a bandeira portuguesa e acedia a que nenhum prospector de minérios recebesse a respectiva licença de exploração mineira sem consentimento formal de Portugal⁵⁸.

A intenção estratégica de Ngungunyane ao concluir este acordo político, era tentar restabelecer pontas diplomáticas soltas, potencialmente perigosas, enquanto se concentrava na consolidação do seu poderio territorial no Norte. Fora já procurado por Paiva de Andrada, aliado de Manuel António de Sousa que, em 1884, lançara a sua Companhia de Ophir, a fim de explorar a concessão económica que obtivera do governo português para operações de prospecção de minério(s) na região de Manica⁵⁹. Paiva de Andrada deslocou-se a Gaza em 1884, e novamente em 1885, para tentar obter autorização política do rei e dar início às suas actividades económicas e comerciais. Ngungunyane recusou-lhe a autorização política e desencadeou uma série de guerras contra a Zambézia, Manica e Inhambane, no que parece ter sido uma tentativa premeditada de reafirmar a sua autoridade política.

Os *prazos* do Baixo Zambeze foram mais uma vez obrigados a pagar tributo económico. No entanto, em 1887, os assaltos de Gaza na região de Inhambane foram repelidos. Nesse mesmo ano, porém, Manuel António de Sousa, foi também vencido ao tentar conquistar parte da campina alta da Machonalândia e teve de desviar as suas tropas a fim de participar nas campanhas finais contra os Cruz de Massangano. Ngungunyane ficou assim em condições de lançar um grande assalto militar a Manica, que o deixou novamente em posição de supremacia política em todo(s) o(s) território(s) do Norte⁶⁰.

Foi este o pano de fundo da mais espectacular jogada político-estratégica, que iniciou o último acto da história militar do Estado de Gaza. Depois das colheitas de 1889, Ngungunyane deu início à mudança da sua capital política do Mossurize para o vale do Limpopo, a Sul, em Mandlakazi.

A mudança da capital política de Ngungunyane colocou o centro do seu Estado nas proximidades do estabelecimento português da baía de Lourenço Marques, que se tornara uma área geográfica extremamente sensível, no meio da incipiente corrida política das potências europeias para a construção *efectiva* dos seus impérios em África (ver mapa 41). Essa proximidade territorial tornaria difícil a Ngungunyane manter a neutralidade política ou convencer os europeus a deixá-lo dominar tranquilamente o seu Estado. Envolveu-se, então, numa diplomacia política cada vez mais intrincada com as autoridades britânicas do Natal e com o florescente poderio da British South Africa Company, de Cecil Rhodes.

A diplomacia de Ngungunyane procurava nitidamente jogar os interesses políticos e económicos europeus concorrentes uns contra os outros, a fim de negociar o melhor (ou o possível) tratado de protecção militar. Ngungunyane parece ter acreditado que nem os ingleses nem os portugueses estavam preparados para ver o Estado de Gaza anexado pelo adversário político. Sabendo que, em 1890, Inglaterra e Portugal haviam chegado a uma situação conflitual em Manica e estavam à beira do conflito armado, Ngungunyane recebeu ostensivamente os enviados da British South Africa Company e negociou com eles o fornecimento de armas.

Em 1891, enquanto decorriam as negociações diplomáticas entre a Inglaterra e Portugal, chegou a enviar a Londres uma embaixada. Contudo, em Agosto de 1891, quando Inglaterra e Portugal concluíram finalmente um tratado político de demarcação territorial de fronteiras, a maior parte do Estado de Gaza ficou no interior da esfera territorial portuguesa e só algumas longínquas regiões do planalto foram atribuídas à British South Africa Company: o Estado de Ngungunyane era incorporado em Moçambique virtualmente intocado. Ao mesmo tempo, o império pessoal de Manuel António de Sousa tinha-se desintegrado após a derrota militar que lhe fora infligida pelas forças da British South Africa Company em Manica e na região do Baixo Zambeze, e o Barué voltara ao caos do banditismo e da fome endémica.

O Estado de Gaza sobrevivera à partilha *efectiva* da África Austral preservando a sua unidade político-territorial e tinha algumas perspectivas imediatas de conservar a sua independência (ver mapa 43). O território da concessão de Paiva de Andrada no Norte, que recebera alvará em 1889 com o nome de Companhia de Moçambique, ficara em estado caótico depois da derrota de Manuel António de Sousa (ver mapa 19). No extremo Sul, os portugueses de Lourenço Marques enfrentavam a crescente dissidência política dos régulos VaTsonga sob a sua jurisdição – uma dissidência política que Ngungunyane estimulava, na crença de que, com isso, manteria os portugueses fatalmente debilitados⁶¹. Entretanto, as incursões militares de Gaza nas terras dos VaCopi eram intensificadas, como que para demonstrar a quem pertencia a autoridade política na planície entre Inhambane e o Limpopo. Contudo, Ngungunyane perdera toda a margem de manobra política no campo diplomático. Deixara de poder praticar a sua diplomacia com qualquer perspectiva de êxito político e o confronto militar com as autoridades coloniais portuguesas era já apenas uma questão de tempo.

O novo alto-comissário, António Enes, estava determinado não só a esmagar a referida rebelião militar, como a liquidar de vez a independência política do Estado de Gaza, no qual via um obstáculo ao livre recrutamento de mão-de-obra e ao desenvolvimento económico do Sul⁶². A derrota dos Ndebeles, pela British South Africa Company, em 1893, demonstrara que uma vitória militar era possível e deixara Gaza isolado como o único grande Estado africano ainda independente, a Sul do Zambeze. António Enes chegou a Moçambique em Janeiro de 1895, e começou imediatamente a reunir uma grande força de tropas europeias, apoiadas por cavalaria e metralhadoras.

Em Fevereiro, os VaTsonga foram derrotados em Marracuene e António Enes preparou a invasão militar do Estado de Gaza. Ngungunyane tentou negociar até ao último momento para manter a independência. Enquanto continuavam as conversações políticas com o emissário português José Joaquim de Almeida, Ngungunyane chegou a desmobilizar alguns dos regimentos que reunira em redor da capital, Mandlakazi. Todavia, o sentido da guerra acabou por tomar ascendente e, os regimentos foram de novo chamados a enfrentar o exército «invasor» de António Enes⁶³.

A batalha decisiva decorreu a 7 de Novembro de 1895, em Coolela (Khuvulele), onde foram destruídos oito regimentos de Gaza (ver mapa 44)⁶⁴. Ngungunyane recuou para Chaimite, onde fora sepultado Soshangane, e foi ali capturado a 28 de Dezembro, por Joaquim Mouzinho de Albuquerque⁶⁵. A vitória militar dos portugueses fora muito mais rápida do que se poderia esperar, atendendo ao medíocre passado militar de Portugal na África Oriental; na prática, o exército de Ngungunyane já estava vencido mesmo antes da batalha de Coolela começar. Os membros do Conselho de Ngungunyane mostraram-se divididos quanto a entrar em guerra com Portugal e a indecisão política marcou todas as acções militares do rei durante o Verão de 1895.

O gigantesco exército reunido em redor de Mandlakazi, compunha-se, em grande parte, de regimentos VaNdau e VaTsonga, pouco dispostos a dar a vida pelo Estado de Gaza. Para mais, Ngungunyane não era capaz de admitir a possibilidade militar de retirar lutando, nem de praticar o tipo de guerra de guerrilha que tanto êxito tivera na Zambézia e nos Macuas, a Norte. Para mais, perante a cavalaria e as metralhadoras dos portugueses, os regimentos de Gaza eram tão inofensivos como o haviam sido os dos Ndebeles em 1893.

O imediato pós-guerra deixou Gaza numa situação social, política e económica caótica. As autoridades militares portuguesas, para controlarem e suprimirem tais circunstâncias, impuseram a lei marcial na região; no entanto, na prática, subsistia um *efectivo* vácuo político e institucional. Assim, dadas as condições conjunturais, em 1897, Gaza estava de novo pronto para a rebelião⁶⁶. A revolta militar (batalha de Mbuyiseni – *tragam-no*), foi dirigida pelo Magigwane Khosa, um homem de origem Tsonga que subira ao serviço de Ngungunyane, comandando primeiro um regimento e, depois, todo o exército Nguni (ver mapa 45). Fora o cabecilha do partido da guerra em 1895, mas não estivera presente em Coolela já que nesse período se encontrava no Bilene tentando, apressadamente, mobilizar

outras forças militares para enfrentar o avanço da coluna portuguesa vinda de Inhambane, e, deste modo, conseguira escapar à captura depois da batalha.

Posteriormente, ainda em 1897, Magigwane Khosa teve condições militares e logísticas para projectar uma nova revolta com o apoio de alguns membros da casa real de Gaza. Contudo, os «rebeldes» foram derrotados em Macontene e Magigwane Khosa foi morto⁶⁷. Se bem que alguns membros importantes da família real de Gaza tivessem escapado, essa derrota militar marcou o fim político e territorial do maior de todos os Estados Nguni⁶⁸.

4.As relações políticas tecidas na organização social e administrativa Nguni

Soshangane e os seus correligionários, ao deixarem a sua terra de origem, trouxeram consigo, não só a revolucionária organização militar *butho*, como também, e sobretudo, um revolucionário modelo de organização e de relações políticas, sociais, económicas e administrativas, no qual, as populações conquistadas e os respectivos chefes políticos, eram integrados e «assimilados».

O mobilismo populacional do grupo Nguni de Soshangane tomou a forma de intensas mas rápidas jornadas intercaladas por períodos de fixação em regiões ecológica ou militarmente favoráveis. Durante esses períodos de estabelecimento sedentário conseguiu manter o núcleo do tradicional sistema político-administrativo Nguni de divisão em províncias e em distritos que ficavam, quer sob a sua própria autoridade política, quer sob a dos seus parentes patrilineares mais próximos. Os dependentes e aderentes políticos do monarca Nguni eram distribuídos por cada uma das povoações reais onde instalava uma ou mais das suas numerosas consortes.

Povoações essas, cujas moradias não eram dispostas ao acaso, mas em harmonia com um padrão habitacional rígido que fixava o tipo de relação social e política que interligava os habitantes. Das informações históricas prestadas por Manuel Gomes da Costa, infere-se que, no Estado de Gaza, a aristocracia dominante também observava, como acima referimos, o sistema de «casas», que tamanha importância desempenhou, quer na história político-administrativa dos diversos grupos de origem Nguni, quer na história política dos reinos e chefaturas, por eles conquistados (ver figura 3)⁶⁹.

Como já notámos, entre os restantes grupos Nguni, os monarcas, por norma, assumiam uma atitude de manifesta desconfiança política em relação aos membros da sua própria família consanguínea e/ou social. O Estado de Gaza constituía uma excepção, embora Alfredo Caldas Xavier afirme que Ngungunyane não nomeava parentes para o desempenho de importantes cargos políticos e militares, porque receava que estes se aproveitassem da sua ascendência familiar e prestígio social para organizar movimentos de secessão política⁷⁰. A verdade é que o *inkosi* (rei/soberano) partilhava a autoridade política e militar com os seus tios e irmãos. Por isso se verificava menor possibilidade de conflitos

insuportáveis entre membros da família real; conflitos esses, que em outros grupos Nguni, conduziram a frequentes desmembramentos políticos.

Das investigações históricas consultadas, é possível inferir que Ngungunyane não dispunha de completa liberdade de acção em matéria de importantes decisões políticas, tais como migrações, ofensivas bélicas, concessão de terras, relações exteriores, etc.⁷¹ A rainha-mãe, os conselheiros, a família real, a aristocracia dominante, os governadores provinciais, os comandantes militares, e, até por vezes, alguns chefes políticos autóctones, não raro, exerciam forte pressão política sobre a sua vontade e pretensões socioterritoriais⁷². O que importa acentuar é que tanto os irmãos de Muzila como os de Ngungunyane dispunham de uma capital própria e de um território por si directamente governado. Com efeito, esta «descentralização» político-administrativa dependia em parte, das capitais reais, tal como acontecia entre outros grupos Nguni⁷³.

Essa organização político-administrativa obedecia às bases lançadas por Soshangane. O território, propriedade do *inkosi*, dividia-se em distritos sob a administração política de um governador de província, designado por *hossana*⁷⁴. Os distritos podiam, por sua vez, subdividir-se em áreas administrativas, sob a responsabilidade política de um *induna*, no qual o *hossana* delegava, por norma, parte das suas competências políticas. Eram estes, por exemplo, que definiam as áreas geográficas a ocupar por cada *muti* (ou *ndjango* – povoação enquanto território ou grupo doméstico), chefiada por um *mulumuzana* (ancião) e ocupada pelas respectivas famílias, parentes, aderentes e cativos de guerra.

Deste modo, Soshangane e os seus sucessores, talvez com maior acuidade política que os outros monarcas Nguni, tiveram que resolver o problema da integração e «assimilação» social de um vasto número de populações autóctones, muitas vezes, cativas de guerra. Estas, distribuídas pelo monarca pelos diferentes distritos, puderam ser consideradas pelos seus «senhores» como familiares dependentes, criando-se, em alguns casos, entre os primeiros e os segundos, a mesma relação política de direitos e deveres sociais recíprocos existentes no seio da extensa família Nguni.

Com efeito, na documentação escrita existente, encontram-se testemunhos presenciais que nos permitem afirmar que os reinos e as chefaturas VaTsonga e VaCopi eram politicamente mantidos em submissão graças a uma larga gama de métodos, mais ou menos eficientes, que incluíam recompensas, penalidades, execuções individuais, detenção de reféns, fomento de rivalidades e, enfim, também o recurso ao genocídio sumário e sistemático⁷⁵. Deste modo, a incorporação política de cativos de guerra nos regimentos, nas províncias, e nos distritos territoriais não foi o único meio que os VaNguni utilizaram para aumentar o efectivo dos seus súbditos políticos.

Fora do núcleo de maior concentração populacional, onde os dirigentes do Estado de Gaza exerciam um directo domínio administrativo, foram normalmente respeitadas e até apoiadas a integridade política e a aristocracia dos reinos e chefaturas autóctones submetidas, desde que pagassem os tributos económicos exigidos⁷⁶. De facto, os chefes políticos autóctones que se submetessem, pagando os tributos económicos, obedecendo às ordens,

prestando os serviços sociais exigidos e participando anualmente na importante cerimónia do *Inkwaya* (festas reais)⁷⁷, eram autorizados a continuar no pleno exercício das suas funções sociais, políticas e rituais retirando largos benefícios do sistema administrativo e militar Nguni⁷⁸.

Também Georges Liengme esclarece que os reinos e chefaturas conquistadas eram, *grosso modo*, colocados sob a jurisdição de chefes políticos devotados ao monarca por mercê dos benefícios sociais que retiravam da estrutura política e administrativa Nguni⁷⁹. Os que se submetiam de bom grado eram autorizados a conservar os seus chefes políticos; todavia, ficavam estes subordinados a um chefe político Nguni nomeado por Ngungunyane para actuar como intermediário entre si e os chefes tradicionais seus vassallos. Aquele autor garante ainda que eram massacrados sem piedade os que recusavam submeter-se à autoridade política, por vezes despótica, do monarca Nguni⁸⁰.

De acordo com o mesmo autor, os que ousavam resistir militarmente eram atacados tantas vezes quantas as necessárias para cessarem com a sua hostilidade e prestarem vassalagem política e económica⁸¹. Por outro lado, eram recompensados socialmente os chefes políticos autóctones que demonstrassem lealdade política e submissão económica, podendo mesmo, integrar a estrutura política e administrativa do Estado de Gaza, na medida em que se colocavam como intermediários políticos representantes das suas populações, junto do *induna* designado por Ngungunyane.

Segundo um procedimento político corrente, tal como em outros Estados Nguni, também no Estado de Gaza, os filhos dos chefes tradicionais tributários, especialmente os sucessores legítimos, eram, regra geral, criados na capital deste Estado Nguni, com o duplo propósito de servirem, por um lado, como reféns e, por outro, de aprenderem a língua e os costumes culturais, sociais e militares dos conquistadores. Os monarcas Nguni, de acordo com alguns registos históricos, aplicaram ainda, de forma sistemática e estratégica, a política de «dividir para reinar». Por exemplo, Arnaldo Sequeira fornece interessantes elementos históricos sobre as intrigas tecidas por Muzila e, posteriormente, por Ngungunyane, visando provocar a fragmentação política de dois grandes regulados que dominavam territorialmente a Norte do actual distrito de Inhambane: Vilanculos e Mazibe⁸².

Deste modo, Ngungunyane mantinha o Estado de Gaza debaixo da sua *real* autoridade política, através de uma múltipla gama de métodos de estruturação e de (inter)relacionamento político-administrativo, com especial relevo para a institucionalização das relações de intermediação, levadas a cabo pelas rainhas dispersas pelas capitais reais, pelos governadores de província, pelos comandantes de regimento, pelos numerosos *indunas*, e, numa escala mais baixa da estrutura político-administrativa de intermediação, pelos chefes políticos autóctones.

Os membros dessa elite política deviam, por norma, residir em Mandlakazi durante parte do ano. Cada adulto podia escolher livremente o *induna* do seu agrado. Bastava, para tanto, que se lhe apresentasse para *kondza*; isto é, declarar a sua *efectiva* submissão política.

Notas

- 1 *Madhanghaze* é o verdadeiro nome do distrito, segundo Sarmento Muhlanga, um ancião (*mulumuzana*) da aldeia de Kadjahane. De acordo com ele, trata-se de uma palavra Zulu composta por aglutinação: *Madha* + *Nghazi*, em que *Madha* significa «que come» e *Nghazi* significa «sangue». Portanto, *Madhanghaze* significa «terra que come sangue». E, isto porque, durante as migrações, incursões e invasões Nguni, e as lutas de ocupação colonial, travaram-se muitas batalhas nesta área geográfica, que foi a última capital política do Estado de Gaza. Os portugueses, talvez por dificuldades de pronúncia original, chamaram oficialmente à terra, *Manjacase*. Procuramos aqui grafar a palavra da maneira mais aproximada à sua pronúncia original: *Mandlakazi*. Entrevista com SARMENTO MUHLANGA (*mulumuzana*), Aldeia de Kadjahane.
- 2 O nome Tsonga foi-lhes dado pelos invasores Zulus ou VaNguni, que reduziram à servidão a maioria dos seus clãs entre 1815 e 1830. A origem deste termo Zulu é provavelmente o termo *Rhonga*, que significa Oriente (*vurhonga* = alvorada), e pelo qual os clãs dos arredores de Lourenço Marques tinham o costume de se designar. Segundo as leis fonéticas das duas línguas, o *r* em Ronga passa para *t* +*h* aspirado, quando pronunciado pelos Zulus (exemplo: o Ronga *rhandra*, amar, da *thanda* em Zulu; *rharhu*, três, da *thathu*). O nome Tsonga tornou-se um «apelido», que na língua dos Zulus era um equivalente de escravo/vassalo, e aplicavam-no a toda a etnia Tsonga (a comunidade política designa-se por Tsonga, a língua que lhes é comum é o XiTsonga e os falantes desta, VaTsonga. Também são designados na literatura colonial portuguesa por Landins). Ver: TOSCANO, F. (1938), «Tribos e famílias indígenas na província do sul do Save», *Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique*, 7, (37), pp. 207-208; ver ainda: XAVIER, A. (1894), «Reconhecimento do Limpopo: os territórios ao sul do Save e os Vátuas», *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, Série 13 (3), (1), p. 138; MARIVATE, C. (1978), «Clan praises in Tsonga», *Limi*, 6, (1/2), pp. 31-43.
- 3 A comunidade Copi habita a região costeira, entre-os-rios Limpopo e Inharrime e no interior do distrito de Mandlakazi. A palavra Copi vem do verbo Nguni *kucopa*, que significa «arrastar com a seta», e data do século XIX. Os VaNguni designavam esta comunidade de Copi, porque estes usavam como armas, arcos e flechas de que eram excelentes atiradores (a comunidade política designa-se por Copi, a língua que lhes é comum é o CiCopi e os falantes desta, VaCopi. Também são designados na literatura colonial portuguesa por Chopes). Ver: JUNOD, H.-P. (1927a), «Some notes on tsoi origins», *Bantu Studies*, III, p. 57; ver ainda: EARTHY, D. (1925), «Notes on some agricultural rites practised by valenge and vacopi», *Bantu Studies*, II; HARRIES, P. (1981a), «Slavery, social incorporation and surplus extraction: the nature of free and unfree labour in South-East Africa», *Journal African History*, 22, (3), pp. 309-330.
- 4 Soshangane ou Changana era um dos apelidos do Manukusa, chefe Zulu que se estabeleceu na costa Leste e submeteu a maior parte dos VaTsonga, na época histórica de Shaka. É possível que este nome seja mesmo mais antigo e tenha pertencido a um chefe que tivesse vivido no vale do Baixo Limpopo antes de Manukusa. Fosse como fosse, este vale chamava-se *KaNchangana* e os seus habitantes MaChangana (a comunidade política designa-se Changana, a língua que lhes é comum é o XiChangana e os falantes desta MaChangana. Também são designados na literatura colonial portuguesa por Shanganes). Ver: JUNOD, H.-A. (1974), *op. cit.*; ver ainda: FELICIANO, J. (1989), *op. cit.*; GRILO, V. (1960), «Esboço de um Guia Etnográfico de Moçambique», *Boletim do Instituto de Investigação Científica de Moçambique*, 1, (2), pp. 126-127; RIBEIRO, A. (1965), *Gramática Changana (Tsonga)*, Caniçado, Editorial Evangelização/Missão de S. Vicente de Paulo; RITA-FERREIRA, A. (1965), *Um interessante caso de sucessão entre os Changanas do Chibuto*, Lourenço Marques, IICM. Neste capítulo, centraremos a nossa análise, sobretudo, no enquadramento histórico-político, dos grupos étnicos Tsonga e Copi, visto que, no capítulo seguinte, iremos esboçar um quadro histórico das migrações Nguni, nas quais abordaremos as particularidades da formação social, política e cultural do grupo étnico que subsequentemente se viria a designar por Changana.
- 5 A história dos reinos que existiram no Sul de Moçambique, é analisada por diversos autores, sobretudo em função do impacto do comércio que se foi desenvolvendo ao longo dos séculos na região e onde a supremacia de cada um, se deveu ao seu controlo das rotas comerciais existentes. Segundo David Hedges, as fontes contemporâneas do século XVI, como os relatos dos naufragos que atravessaram a região do actual Natal/Zululândia para chegar à baía, referiram, que neste período, o poder se encontrava nas mãos do reino Nyaka, e que este não se limitava só à ilha da Inhaca, mas que detinha grande influência política na região entre o rio Maputo e o mar (que era considerada como a melhor área de comércio). Além de Nyaka, eram também referidos os reinos Tembe, Mptumo, Limborbo e Manhice (Manhiça), e fontes holandesas referiram-se a um certo número de reinos do interior, dos quais os portugueses tinham na época apenas um vago conhecimento: Matsolo (Matola), Nwamba (Moamba) e Ntimane. No século XVII, Nyaka começou a enfraquecer devido ao aumento de poder do reino seu vizinho - o reino Tembe (a ocidente entre os rios Maputo e Umbeluzi) - que vai surgir como poder dominante, tornando-se, no século XVIII, o maior e o mais poderoso dos reinos Ronga, e o maior vendedor de marfim em troca de missangas. Este declínio de Nyaka deveu-se a uma guerra civil que conduziu à sua cisão em dois reinos: Machavane e Nyaka. Segundo David Hedges, a luta pelo controlo do comércio de marfim conduziu a diversas lutas entre os diferentes reinos. Estas rivalidades continuaram até cerca de 1770. David Hedges refere que ao longo de 1750 os interesses europeus no Sul de Moçambique aumentaram dando início a mudanças radicais nos padrões do comércio, havendo relatos de como as políticas Ronga e Nguni do Norte foram afectadas por este comércio externo. A luta pelo controlo do comércio que se estabelecia ao longo das terras baixas costeiras, entre a baía de Lourenço Marques e os Nguni do Norte, conduziram ao desaparecimento da comunidade política Tembe e ao surgimento do poderoso reino Mabudu/Maputo, onde o controlo do comércio de marfim lhe permitiu uma acumulação de riqueza mais rápida que a de Tembe, dando-lhe por isso a supremacia política. O século XVIII viu também surgir na região de Inhambane uma complexa sequência de

migrações, na qual diferentes alianças estavam envolvidas na disputa pelo poder. A ocupação holandesa (1721-1730) e a ocupação austríaca (1777-1781) vão também elas influir nas relações políticas entre estes reinos que, na tentativa de lidarem com estes novos interlocutores no seu meio, e no esforço de os utilizar em seu proveito, vão entrar em confronto entre si. Entre estes dois períodos de ocupação há uma alteração na configuração política dos reinos Ronga: o Tembe (já sem Maputo) ganhou de novo uma certa preponderância política e Matola tinha surgido como o segundo reino mais poderoso da baía. Só a partir de 1782 é que os portugueses se estabeleceram politicamente na baía de Lourenço Marques. Mas vão falhar na sua tentativa de manter o controlo exclusivo do comércio de exportação da baía, e retiraram-se em 1796. Durante a sua ausência (três anos) o reino Moamba vai começar a emergir como grande poder, conseguindo dominar o reino Matola e substituí-lo, no início do século XIX, como poder dominante a Norte da baía (vai conquistar também Cherinid, Mabota e Magaia). O período após 1821, como adiante constataremos, os reinos do Sul de Moçambique vão sofrer uma das maiores transformações, devido ao movimento do Mfecane que originou um longo período de guerras e que deu origem à formação do Estado de Gaza. Ver: HEDGES, D. (1978), *Trade and politics in Southern Mozambique and Zululand in the eighteenth and early nineteenth century*, London, SOAS, Tese de Doutoramento; ver ainda: LIESEGANG, G. (1987), «Lourenço Marques antes de 1895: aspectos da história dos estados vizinhos, da interação entre a povoação e aqueles estados e do comércio na Baía e na povoação», *Arquivo*, (2), pp. 19-75; SMITH, A. (1971), *The struggle for control of Southern Mozambique: 1720-1835*, Ann Arbor, University of California, Tese de Doutoramento; SMITH, A. (1970), «Delagoa bay and the trade of South-Eastern Africa», in GRAY, R., BIRMINGHAM, D. (eds.), *Pre-colonial African trade: essays on trade in central and eastern Africa Before 1900*, London, Heinemann; RITA-FERREIRA, A. (1967/68), *Os africanos de Lourenço Marques*, Lourenço Marques, IICM; MONTEZ, C. (1948), *Descobrimto e fundação de Lourenço Marques, 1500-1800*, Lourenço Marques, Empresa Moderna; LOBATO, A. (1948), «História da fundação de Lourenço Marques», *Lusitânia*, (s.n.); LOBATO, A. (1960), *História do presidio de Lourenço Marques*, Lisboa, Tipografia Minerva; FALCÃO, J. (1909), «Usos e costumes indígenas nas terras da corôa de Lourenço Marques», *Revista Portuguesa Colonial Marítima*, XXIV, (142), pp. 151-163; ALPERS, E. (1985), «State, merchant capital, and gender relations in Southern Mozambique to the end of the nineteenth century: some tentative hypotheses», *African Economic History*, (13), pp. 23-55; LOBATO, A. (1961), *Quatro estudos e uma evocação histórica para a história de Lourenço Marques*, Lisboa, JICU; SOUTO, A. (1996), *op. cit.*

6 RITA-FERREIRA, A. (1982a), *Presença Lusó-Asiática e Mutações Culturais no Sul de Moçambique (até c.1900)*, Lisboa, IICM/JICU, 139.

7 Sobre a origem do nome Bila, segundo a tradição oral, existem duas interpretações: alguns entrevistados afirmaram que o nome teria sido de um chefe tradicional (Bila) que vivia naquela área geográfica antes das migrações e invasões Nguni, tendo a região ficado a ser conhecida por Bilene. Outros afirmam ainda, que o nome deriva do lugar onde esteve instalada a sede do antigo comando militar, e mais tarde, a da circunscrição - Inchobane - que era uma elevação de terreno em volta da

qual há uma extensa planície, de terra argilosa e preta, que na língua XiChangana se traduz por *Bila* ou *Bilene*. Neste sentido, e segundo os registos orais, a primeira hipótese avançada é bastante válida, na medida em que noutras regiões do país, se usam outros nomes, para designar o mesmo tipo de solos. Chama-se, por exemplo, *nhaca* em XiRonga, *ndzova* em XiTswa e *dongo* em ChiNdau. Entrevista com JÚLIO CORREIA LANGA (*hos*), Posto Administrativo de Nguzene; Entrevista com ERNESTO MAKUPULANI (*hos*), Localidade de Chilatanhale; ver ainda: JUNOD, H.-P. (1927b), *The life of a South African Tribe*, Londres, Macmillan.

- 8 MATOS, L. (1973), *Origens do povo chope segundo a tradição oral*, Lourenço Marques, IICM, 10, Série C.
- 9 Podem detectar-se as seguintes migrações de grupos organizados provenientes do Zoutpansberg: a) os fundadores dos reinos de Zavala e Gwembe (a distinguir do reino de Gamba descrito pelos missionários do século XVI), que se estabeleceram na região florestal entre o inhamitimo e o mar, unificando temporariamente as pequenas comunidades políticas locais; b) os fundadores da comunidade política Xibumi, entre-os-rios Sabir e Mezimechopes; c) um segmento de Lobedos, cujos descendentes ainda relembram uma remota ligação a Modjadji Thovele, título ainda aplicado às célebres rainhas dos Lobedos do Transval Norte, detentoras da mais potente magia pluvial em toda a África Austral. Ver: LIESEGANG, G. (1977), «New lights on Venda traditions: Mahumane's account of 1730», *History in Africa*, 4, pp. 163-181.
- 10 António Rita-Ferreira refere que os Tsonga mantiveram contactos directos com comunidades políticas emigrantes provenientes do interior, sobretudo Shonas e Sothos, e que pela sua organização mais avançada vieram a dar origem a comunidades políticas maiores e que em contrapartida, as comunidades Copi e (Bi)-Tonga nunca fizeram surgir unidades políticas vastas e estratificadas. Ver: RITA-FERREIRA, A. (1982b), *Fixação Portuguesa e História Pré-Colonial de Moçambique*, Lisboa, IICM/JICU; ver ainda: SMITH, A. (1973), «The peoples of Southern Mozambique: an historical survey», *Journal of African History*, XIV, (4); SMITH, A. (1971), *op. cit.*; RITA-FERREIRA, A. (1975), *op. cit.*; JUNOD, H.-P. (1939), «Os indígenas de Moçambique no século XVI e começo do século XVII segundo os antigos documentos portugueses da época dos descobrimentos», *Moçambique: Documentário Trimestral*, (17), pp. 5-35; MONTEZ, C. (1939), «Os indígenas de Moçambique: estudos sobre documentos portugueses do século XVI e XVII», *Moçambique: Documentário Trimestral*, (20), pp. 5-31; RITA-FERREIRA, A. (1979), «História pré-colonial do Sul de Moçambique: tentativa de síntese», *Studia*, (41/42), pp. 137-164; RITA-FERREIRA, A. (1958), *Agrupamentos e caracterização étnica dos indígenas de Moçambique*, Lisboa, JICU; TOSCANO, F. (1941a), *op. cit.*
- 11 Tudo indica que os efeitos acumulados da explosão demográfica, da abundância de certos recursos naturais, da proliferação do armamento, da produção de excedentes agrícolas, da difusão das armas de fogo, das vantagens proporcionadas pelas trocas comerciais com o exterior, tenham provocado significativas transformações sociais, económicas e políticas que explicam: a) a crescente especificidade e a rápida dispersão da cultura que designamos por Tsonga; b) o fenómeno da formação de Estados «monárquicos», mais ou menos vastos e poderosos, com crescente estratificação social, com forças produtivas dotadas de maior dinamismo, com organização militar apta

- a resistir a ataques de rivais e a lançar operações punitivas e expansionistas de alguma envergadura. Ver: RITA-FERREIRA, A. (1982b), *op. cit.*
- 12 CARDOSO, A. (1958), «Monografia etnográfica sobre os Tsua», *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, vol. 27, (108), pp. 151-207; ver ainda: POLANAH, L. (1988), «A terminologia de parentesco entre os va-tswa da costa sueste de Moçambique», in *Moçambique: Cultura e História de um país: actas de V Semana de Cultura Africana*, Coimbra, CEAUC, pp. 171-214; HELGESSON, A. (1971), *The Tswana response to Christianity*, Johannesburg, Universidade de Witwatersrand, Tese de Doutoramento.
- 13 Alan Smith refere que Henri-Philippe Junod afirma que os Copi tal como os Gi-Tonga são uma divisão dialectal dos Tonga, enquanto ele, defende que os Copi são um grupo distinto dos Tonga. Para se compreender esta distinção entre eles, Alan Smith analisa com detalhe os primeiros movimentos populacionais para o Sul de Moçambique entre 1000 e 1500 n.e. e a expansão Tsonga. Ver: SMITH, A. (1973), *op. cit.*; ver ainda: SMITH, A. (1971), *op. cit.*; JUNOD, H.-P. (s.d.), «Some remarks of the Folklore of the Ba-Thonga», *Folklore*, vol. XIV, (190), pp. 116-124. António Rita-Ferreira analisa as causas que conduziram à formação no tempo e no espaço dos três grandes grupos étnicos do Sul de Moçambique (Tonga, Copi e (Bi)-Tonga), baseando-se sobretudo no trabalho de Alan Smith, com quem está de acordo em muitos pontos, considerando também os (Bi)-Tonga como uma unidade cultural e linguística distinta dos Copi, embora defendendo que existem elementos idênticos na sua formação inicial. Ver: RITA-FERREIRA, A. (1975), *op. cit.*; ver ainda: FERREIRA, A. (1955), «Some notes on the Thonga culture», *Zaire*, 9, (1), pp. 3-23; LANHAM, L. (1955), *A study of Gtonga of Inhambane*, Johannesburg, Witwatersrand University Press; NUNES, J. (1932), «Aponamentos sobre a tribo dos Ba-Thonga», *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, 1, (3), pp. 25-36; POSSELT, F. (1929), «The Watawara and the Batonga», *Nada*, (7), pp. 80-95.
- 14 RITA-FERREIRA, A. (1982b), *op. cit.*
- 15 BEACH, D. (1977b), *The Rozvi and the Changamira State. The Origin of a Myth: The Historiography of the Rozvi*. Roma, International Conference on Southern African History.
- 16 Ainda sobre este imigrantes, lembramos que as tradições orais e escritas lhe atribuem: a) a introdução da circuncisão e uma data de chegada já posterior à fixação de europeus em Lourenço Marques e Inhambane; b) a fundação das comunidades políticas de Gwambe e ulteriormente de Zavala, impondo-se nelas como aristocracia dominante. Ver: MATOS, L. (1973), *op. cit.*; ver ainda: JUNOD, H.-P. (1927b), *op. cit.*
- 17 RITA-FERREIRA, A. (1982b), *op. cit.*
- 18 Acerca dos Va-Loyi a tradição oral aponta como provável origem deste nome - Va-Loyi (feticheiros) - ao facto do chefe migrante Nyai Hwambi, ter praticado incesto com a sua tia, Hahani, o que lhe valeu a expulsão pelos seus parentes da seguinte forma «*Vai-te embora feticheiro*». Partindo levou consigo os seus aderentes (Va-Loyi). Va-Loyi seria, portanto, uma qualificação panegirica do clã Gwambe etnicamente descendente dos Va-Nyai de estrato Karanga. Possivelmente, estes Gwambe seriam os emigrantes proto-Shonas, Gamba, cujos antepassados teriam partido de Venda (Vecha ou Vasutho) descendentes do «Mujaju Wa Thovela», provável linhagem de Modjadji Thovele que se tornou famosa, como anteriormente referimos, pela sua magia pluvial na África Austral, e que mais tarde foi respeitada e consultada pelos VaNguni devido aos seus poderes sobrenaturais. Ver: FULLER, C. (1974), *An ethnohistoric study of continuity and change in Gwambe culture*, Department of Anthropology, Northwestern University, Tese de Doutoramento.
- 19 RITA-FERREIRA, A. (1982b), *op. cit.*
- 20 MATOS, L. (1973), *op. cit.*
- 21 HARRIES, P. (1989), «Exclusion, classification and internal colonialism: the emergence of ethnicity among the Tsonga-speakers of South Africa», in VAIL, L. (ed.), *The creation of tribalism in Southern Africa*, London, University of California Press. Patrick Harries neste seu trabalho, apesar da análise ser mais aprofundada em relação ao Norte do Transval, ele apresenta uma importante reflexão sobre o Sul de Moçambique. Ao analisar o grupo Tsonga ele refere que não existe uma cultura Tsonga «pura» que possa ser vista como uma entidade étnica uniforme ou estática, porque este «grupo social» adaptou-se aos diferentes contextos políticos e adquiriu novos dados culturais, assimilando-os a um grau elevado.
- 22 JUNOD, H.-P. (1927a), *op. cit.*; ver ainda: WEBSTER, D. (s.d.), *Kinship and co-operation: agnation, alternative structures and the individual in Chopi society*, Rhodes University, Tese de Doutoramento; CABRAL, A. (1910), *op. cit.*
- 23 COBBING, J. (1988), «The Mfecane as alibi: thoughts on Dithakong and Mbolompo», *Journal of African History*, 29, (3), pp. 487-519; ver ainda: LYE, W. (1967), «The Difagane: the Mfecane in Southern Sotho area, 1820-24», *Journal of African History*, vol. VIII, (1), pp. 107-131; ELDREDGE, E. (1992), «Sources of conflict in Southern Africa, ca. 1800-30: the 'Mfecane' reconsidered», *Journal of African History*, 33, (1), pp. 1-35; HAMILTON, C. (1992), «The character and objects of Chaka: a reconsideration of the making of Shaka as 'Mfecane' motor», *Journal of African History*, 33, (1), pp. 37-63; LYE, W. (1967), *op. cit.*; OMER-COOPER, J. (1993), «Has the Mfecane a future?: a response to the Cobbing critique», *Journal of Southern African Studies*, 19, (2), pp. 278-294; PEIRES, J. (1993), «Debate: paradigm deleted: the materialist interpretation of the Mfecane», *Journal of Southern African Studies*, 19, (2), pp. 295-313; WRIGHT, J. (1989), «Political mythology and the making of Natal's Mfecane», *Canadian Journal of African Studies*, 23, pp. 272-291.
- 24 A comunidade política designa-se Nguni, a língua que lhes é comum é o Nguni e os falantes desta VaNguni (também são designados na literatura colonial portuguesa por Vátuas). Nos finais do século XVIII, na região da Zululândia, começou a emergir um movimento em direcção à formação de Estados por três grupos principais: os Ngunwe de Mtiwane, os Ndwan-dwe de Zwide, e os Mhetwa de Dingiswayo. Os três líderes emergiram pela sua competição territorial uns com os outros, tentando construir unidades políticas mais extensas através da conquista de comunidades políticas vizinhas, aumentando em escala e frequência as guerras, e com elas a necessidade de aperfeiçoar a sua organização militar. O conflito militar que se desenrolou entre 1816 e 1821 entre o reino Ndwanwe, liderado por Zwide e o reino Mhetwa, liderado por Dingiswayo, conduziu à morte deste último. Shaka, da linhagem Zulu, um dos comandantes militares do líder morto, tomou o poder e tentou submeter o reino Ndwanwe. Uma parte dos elementos deste reino fugiu, refugiando-se fora do alcance de Shaka. Entre

- estes últimos, encontravam-se os reis Zwanguendaba, que vai seguir em direcção ao actual Malawi, Soshangane/Manukusa, que seguiu para a região de Moçambique, fixando-se primeiro perto de Lourenço Marques (1822-1827) e depois mais para Norte, e N'qaba Msane e Ngwana Maseko, que iriam fixar-se em várias áreas do Sul e Centro de Moçambique. Acerca das circunstâncias revolucionárias que deram origem ao reino Zulu, ver: OMER-COOPER, J. (1969a), «Aspects of political change in the nineteenth-century Mfecane», in THOMPSON, L. (ed.), *African societies in Southern Africa*, London, Heinemann; LIESEGANG, G. (1970), «Nguni Migrations between Delagoa Bay and the Zambesi, 1821-1839», *African Historical Studies*, (3); BONNER, P. (1983), *Kings, commoners and concessionaires: the evolution and dissolution of the nineteenth-century Swazi state*, Cambridge, Cambridge University Press; GUY, J. (1980), «The ecological factors in the rise of Shaka and the Zulu Kingdom», in ATMORE, A. (ed.), *Economy and society in pre-industrial South Africa*, London, Longman; HEDGES, D. (1985a), «Before and after Shaka: papers in Nguni history», *Cadernos de História*, (2), pp. 63-65; LIESEGANG, G. (1975), «Aspects of Gaza Nguni History (1821-1827)», *Rhodesian History*, (6), pp. 1-14; WARHURST, P. (1966), «The scramble and African Politics in Gazaland», in STOKES, E., BROWN, R. (ed.), *The zambesian past: studies in Central African history*, London, Manchester University Press.
- 25 John Omer-Cooper refere que, a região da Zululândia, nos finais do século XVIII, se transformou numa região de grandes pressões devido ao aumento populacional, que conduziu à falta de terras. Esta situação deu origem a um grande conflito inter-comunidades políticas que por sua vez originaram um processo de mudanças institucionais provavelmente facilitadas pelo contacto entre duas grandes etnias: os Sotho e os Nguni. Alguns autores defendem que os conflitos políticos e militares foram agudizados por uma crise ecológica à qual se seguiram anos de secas e fome fazendo oscilar a estabilidade agro-pecuária e intensificando a luta pelo controlo dos recursos económicos mais favoráveis à agricultura e à pecuária. Por seu lado, Alan Smith nota que a pressão populacional/falta de terras são factores visíveis no acontecimento do que foi o Mfecane; mas estes factores por si só não explicam um tão vasto movimento. Defende, por isso, como anteriormente constatámos, que o crescimento do comércio de exportação da baía de Lourenço Marques e o desenvolvimento de ligações comerciais entre a baía e o Natal foram tão importantes que conduziram a lutas entre linhagens pelo controlo das rotas comerciais ao longo do litoral e para o interior. Acerca das causas que estiveram na origem do Mfecane, ver: OMER-COOPER, J. (1969b), *The Zulu aftermath: a nineteenth-century revolution in Bantu Africa*, London, Longmans; SMITH, A. (1969), «The trade of Delagoa Bay as a factor in Nguni politics 1750-1835», in THOMPSON, L. (ed.), *African societies in Southern Africa*, London, Heinemann; ver ainda: HAMILTON, C. (1995), *The Mfecane Aftermath: Reconstructive Debates in Southern African History*, Johannesburg, University of Natal Press; HEDGES, D. (1978), *op. cit.*
- 26 Segundo John Omer-Cooper, as consequências do Mfecane foram vastas, conduzindo a múltiplas alterações demográficas e sociais: a) levou a que determinadas áreas geográficas, ficassem quase desertas (o Natal, por exemplo), e a que outras ficassem densamente povoadas; b) conduziu a que diversos fragmentos étnicos ficassem juntos numa mesma nação (nação Basuto) e que o padrão de distribuição da população da África do Sul mudasse radicalmente; c) deu também origem ao surgimento de grandes Estados rigidamente organizados em linhas militares com uma grande concentração de poderes nas mãos do rei a um grau nunca antes conhecido pelos sistemas políticos tradicionais; d) à destruição de unidades políticas pequenas; e) à introdução de novas tácticas de guerra (regimentos de idade militares – singular: *butfo*, plural: (*ma*)*butfo*); f) à introdução de um serviço militar prolongado e à introdução de novas armas (principalmente a seta de cabo curto); g) a métodos de integração social e administrativa de membros de diferentes etnias numa única comunidade política. Desenvolveu-lhes o sentido de lealdade comum e contribuiu para o declínio de alguns Estados como os Marave e Yao. Relativamente às consequências do Mfecane ver: OMER-COOPER, J. (1969a), *op. cit.*; ver ainda: OMER-COOPER, J. (1969b), *op. cit.*
- 27 RITA-FERREIRA, A. (1982b), *op. cit.*
- 28 Pouco se sabe desta enigmática e conflituosa figura que desaparece de um local para reaparecer em outro assaz distante, em incursões fulgurantes que visavam frequentemente o saque dos seus próprios confrades tribais. Segundo alguns autores, depois da derrota sofrida por Zwide em 1818 ou 1819, ter-se-ia registado uma obscura disputa entre N'qaba e Soshangane, ambos do clã Nqumayo e, portanto, parentes agnáticos do vencido. A sua partida da terra natal teria coincido com a daquele seu parente e com a de Zwanguendaba (ligado a Zwide por laços de base matrimonial). Todavia, a maioria dos testemunhos afirma que à testa do clã Messane e de outros aderentes, partiu da região da baía de Santa Lúcia, tendo-se refugiado, junto de Ngwana, chefe do clã Swazi dos Maseko, com quem desenvolveu sólida amizade. Este, posteriormente, temendo a vingança de Shaka, decidiu também partir para o Norte, acompanhado pelos seus súbditos. Ver: SILVA, J. (1884), *Memória sobre Soflia oferecida ao Ilm.º e Exm.º Rodrigo Luciano de Abreu de Lima, Governador-Geral da Provincia de Moçambique*, Maputo, AHU; ver ainda: NURSE, G. (1973), «Ndwandwe and the Ngoni», *Society Malawi Journal*, 26, (1), pp. 7-14; NEWITT, M. (1973), *op. cit.*; DOCUMENTAÇÃO ULTRAMARINO DE MOÇAMBIQUE NO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (1964), vol. I, Lisboa, CEHU; DOCUMENTAÇÃO AVULSA DE MOÇAMBIQUE NO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (1967), vol. II, Lisboa, CEHU; DOCUMENTAÇÃO AVULSA DE MOÇAMBIQUE NO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (1974), vol. III, Lisboa, CEHU.
- 29 As agitadas migrações, depredações e subdivisões do grupo heterogéneo originalmente chefiado por Zwanguendaba, interessam, segundo António Rita-Ferreira, por cinco razões: a) por haver atravessado e efectuado razias em parte do território de Moçambique; b) por haver incorporado no seu sistema social e militar numerosos elementos Tsongas do Sul do Save; c) por haver permanecido durante quatro ou cinco anos entre os Nsengas que se prolongaram pela circunscrição da Marávia; d) por serem dele originários os núcleos que a si próprios se designam de VaNguni, dispersos pelas províncias do Niassa e Cabo Delgado; e) por Mpezeni, um dos seus mais directos descendentes, ter chegado a prometer vassalagem à Coroa e a aceitar a Bandeira Portuguesa, até à efectivação do acordo de fronteiras em 1891. Ver: RITA-FERREIRA, A. (1975), *op. cit.*; ver ainda: MONTEZ, C. (1937), «As invasões Mangunis e dos Mechangas: Zuagundeba e Ndaba, 1820-1823; Gaza

- e Manicusse, 1830-1840», *Moçambique: Documentário Tri-mestral*, (10), pp. 25-55; MARKS, S. (1969), «The traditions of the Natal Nguni: a second look at the work of A.T. Bryant», in THOMPSON, L. (ed.), *African societies in Southern Africa*, London, Heinemann; SICARD, H. (1968), «The Dumbuseya», *Nada*, 9, (5), pp. 22-41; LEWIA, D. (1956), «The battle of Zwan-gendaba», *Nada*, (33).
- 30 Para detalhes sobre este(s) processo(s) migratório(s), sobretudo em relação às rotas seguidas por cada grupo ver: LIESEGANG, G. (1970), *op. cit.*; ver ainda: ALBERTO, M. (1967/8), «Os Angónis: elementos para uma monografia», *Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique*, (9), Série C, pp. 47-93.
- 31 LIESEGANG, G. (1970), *op. cit.*; ver ainda: BROCK, L. (1989), *From Kingdom to Colonial District: a political economy of social change in Gazaland, Southern Mozambique, 1870-1930*, Northwestern University, Tese de Doutoramento.
- 32 Soshangane ou Manukuza em Nguni, Manukuse ou Manikhosi em XiTsonga, ou, ainda, Manicusse ou Manicuse, em Português. Ver: LIESEGANG, G. (1986a), *Ngungunyane: A figura de Ngungunyane Nqumayo, Rei de Gaza 1884-1895 e o desaparecimento do seu Estado*, Maputo, ARPAC.
- 33 RITA-FERREIRA, A. (1982b), *op. cit.*
- 34 LIESEGANG, G. (1969), «Dingane's Attack on Lourenço Marques in 1833», *Journal of African History*, X, (4); ver ainda: LIESEGANG, G. (introd.), (1995), *A Guerra dos Reis Vátuas: do Cabo Natal, do Maxacane da Matola, do Macassane do Maputo e demais reinos vizinhos contra o Presídio da baía de Lourenço Marques*, Maputo, AHM.
- 35 José Botelho aventa a hipótese de Soshangane e Mzilikazi serem irmãos. Pertencerem ambos, pelo menos, ao Estado Ndwandwe, chefiado por Zwide, a seu lado lutando contra Dingiswayo. Porém, ao contrário do que aconteceu com Mzilikazi, Soshangane permaneceu leal a Zwide até à derrota que este sofreu perante Shaka, no rio Mhlatuze, em 1818 ou 1819. Da genealogia de Soshangane conhecem-se quatro antepassados: Mucachua, Mangua Gaza (origem do nome dado ao seu Estado), Ugagua Macuê e Segone. Ver: BOTELOHO, J. (1934), *op. cit.*; ver ainda: PINTO, C. (1917), «Viagem de Inhambane às terras de Manicusse em 1840», *Arquivo das Colónias*, 1, (6), pp. 269-274; PEIXE, J. (1962), «Notas históricas do concelho de Magude», *Boletim Sociedade de Estudos Moçambique*, 31, (130), pp. 5-31; SMITH, A. (1969), *op. cit.*; LIESEGANG, G. (1967), *Beitrag zur Geschichte des Reiches der Gaza Nguni im sudlichen Moçambique 1820-1895*, Colónia, Universidade de Colónia, Tese de Doutoramento.
- 36 NEWITT, M. (1995), *História de Moçambique*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- 37 Um dos primeiros relatos das tradições do reino de Mpeseni foi publicado em: WIESE, C. (1891), «Expedição Portuguesa a MPesene», *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, (67), pp. 235-273.
- 38 John Omer-Cooper refere que com a frequência das guerras, os rituais de iniciação dos jovens tomaram-se bastante perigosos e por isso, o sistema tradicional de iniciação Nguni foi abandonado e, em sua substituição, os jovens em idade de circuncisão eram agrupados num regimento de idade militar, dando-se assim uma adaptação das cerimónias de iniciação a objectivos militares. Ver: OMER-COOPER, J. (1969a), *op. cit.*; ver ainda: RITA-FERREIRA, A. (1974), *Etno-história e cultura tradicional do grupo Angune (Nguni)*, Lourenço Marques, IICT, (11), Série C; LIESEGANG, G. (1983), «Notes on the internal structure of the Gaza Kingdom of Southern Mozambique, 1840-1895», in PEIRES, J. (ed.), *Before and After Shaka: papers in Nguni History*, Grahamstown, Rhodes University.
- 39 RITA-FERREIRA, A. (1982a), *op. cit.*
- 40 Para repetir o sumário de Margaret Read, distinguem-se quatro elementos na composição étnica dos VaNguni do Malawi e Moçambique: a) os descendentes dos dois grupos Nguni partidos do Natal após a derrota sofrida por Zwide em 1818 ou 1819; b) os descendentes dos Tsongas e Karangas que entre o Natal e o Zambeze se agregaram aos núcleos originais Nguni; c) os descendentes dos incorporados durante as migrações ao Norte do Zambeze, sobretudo do estrato Ntumba e Tengo; d) os descendentes das comunidades políticas submetidas que habitavam o território onde os Nguni se estabeleceram definitivamente (Tumbuka, Henga, Cheua, Bemba e Ajaua). Ver: READ, M. (1956), *The Ngoni of Nyasaland*, Londres, Oxford University Press; ver ainda: READ, M. (1936), «Tradition and prestige among the Ngoni», *Africa*, 9, (4), pp. 453-483.
- 41 RITA-FERREIRA, A. (1982a), *op. cit.*
- 42 Ao contrário destas comunidades políticas, os Nguni dominados pelo clã Maseko não demonstraram grande interesse pelo desenvolvimento de laços comerciais com o litoral. Continuaram, fundamentalmente, a manter uma economia agrária e predatória. As suas relações com as comunidades políticas insubmissas eram quase sempre de natureza bélica. As constantes incursões destinavam-se a obter gado, alimentos e jovens cativos de ambos os sexos, os quais eram incorporados na organização estadual, sobretudo ao serviço dos membros da aristocracia. Toda a estrutura política se baseava, por conseguinte, na manutenção de um exército eficiente. Nessas comunidades políticas carecidas de outras formas de riqueza, o poder avaliava-se pelo número de dependentes que o varão mantinha sob seu controlo político. Mas ao passo que entre, por exemplo, os Ajauas esse desiderato se podia alcançar por métodos indirectos, os Nguni, para o atingirem, baseavam-se quase exclusivamente em métodos directos de captura. Por outro lado, os cativos não encontravam obstáculos na sua «assimilação» e, desse modo, tinham amplas oportunidades de se elevarem na escala social e económica Nguni. Todavia, como adiante veremos, é erróneo supor que os Nguni nunca venderam escravos aos mercadores indígenas e estrangeiros que traficavam entre o interior e o litoral. Fizeram-no, embora em circunstâncias excepcionais, tais como, a acumulação de cativos de guerra em número superior à capacidade de absorção da sua orgânica social e militar ou ainda, quando os chefes chegavam à conclusão de que o comércio escravagista oferecia interessantes compensações económicas. Um desses chefes foi Chikussi. Ver: ALPERS, E. (1967), *The East African Slave Trade*, Nairobi, Historical Association of Tanzania.
- 43 O Estado de Gaza - assim chamado, como vimos, em homenagem a Mangua Gaza, um antepassado de Soshangane - vai surgir em cerca de 1821, e vai ter como primeiro rei Soshangane/Manukusa, que, segundo Gerhard Liesegang, governou entre 36 e 38 anos, tendo morrido em 1858. Os quatro reis de Gaza são: Soshangane: 1821-1858; Mawewe: 1859-1861; Muzila: 1861-1884; Ngungunyane: 1884-1895. Ver: LIESEGANG, G. (1983), *op. cit.*; ver ainda: NEGRÃO, J. (1985), «O reinado de Ngungunhane (1884 a 1895)», *Revista Tempo*, (766),

- pp. 16-22; VILHENA, M. (1996), *Gungunhana no seu Reino*, Lisboa, Edições Colibri.
- 44 Miguel da Cruz refere que a vastidão das terras que integrava o Estado de Gaza, a multiplicidade dos grupos etno-linguísticos que incorporava, a imensidão das chefaturas que dominava, a profunda estratificação social que o caracterizava, tomaram o Estado de Gaza numa enorme e complexa formação social. Diversos autores pronunciaram-se sobre os aspectos da estratificação social organização e política do Estado de Gaza sendo unânimes em afirmar que existia uma nítida divisão em «classes sociais»: os membros da linhagem real (os VaNguni «puros»); os Mabalundlela; os VaNda; os VaTsonga; os cativos de guerra chamados *finhloko* (cabeças); adolescentes tomados escravos pelo Nguni) e, no último lugar da escala de prestígio Nguni, estavam os membros de chefaturas subjugadas, etnicamente distintas, que se encontravam incorporadas para pagamentos de impostos e desempenharem obrigações administrativas a uma casa Nguni. Ver: CRUZ, M. (1982), *História da formação da classe trabalhadora em Manica e Sofala ao sul do Pungué, 1892-1926*, Maputo, FL-UEM, Tese de Licenciatura; ver ainda: LIESEGANG, G. (1983), *op. cit.*; RITA-FERREIRA, A. (1974), *op. cit.*
- 45 Segundo alguns autores, o início da luta armada e a fuga de Muzila para o Spelonken, no Transval, registaram-se no mesmo ano: 1860. Diocleciano das Neves afirma que as hostilidades reberntaram logo após a investidura de Mawewe. Ao certo, sabe-se que em 1 de Dezembro de 1861, Muzila se apresentou no presidio de Lourenço Marques a solicitar auxílio militar, em troca de submissão à Coroa de Portugal. O governador Onofre Duarte não hesitou em fornecer o socorro pretendido, tanto mais que Muzila vinha recomendado por João Albasini. A batalha entre os dois exércitos foi travada em 16 do mesmo mês, sendo o de Mawewe destruído pela fuzilaria dos caçadores de elefantes. Muzila deslocou-se ao Bilene para marcar presença. Mas o seu irmão, de novo auxiliado por regimentos Swazis, mais uma vez o bateu e obrigou-o a refugiar-se no Mossurize. Persistente, Muzila mobilizou os seus recursos e os do governador Onofre Duarte, para infligir outra derrota aos partidários de Mawewe, nos campos da Moamba, entre 17 e 20 de Agosto de 1862, forçando-os a refugiar-se de novo nas terras do rei Mussuete. Finalmente Muzila, desta vez auxiliado por forças de João Albasini, conseguiu derrotar definitivamente o seu irmão, nas margens de Mezimechopes. Mas este, apoiado pelos Swazis e pelo régulo da Moamba, ainda invadiu e saqueou por três vezes as Terras da Coroa, apoderando-se de gado, marfim e fazendas. Ver: NEVES, D. (1882), «Exploração do rio Bembe», *Boletim da Sociedade Geografia de Lisboa*, (6), pp. 336-347; ver ainda: MARTINS, F. (1957), *João Albasini e a Colónia de S. Luis*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar; PAIVA-MANSO, V. (1870), *Memórias sobre Lourenço Marques*, Lisboa, Imprensa Nacional; JACQUES, A. (1971), *Swivongo swa Machangana*, Kensington, Swiss Mission; CANCELAS, A. (1972), *Contributo para uma Política Social Moçambicana*, Braga, Editora Pax.
- 46 Também designado, nos documentos escritos, por Mzila, Muzira e Mujira. Wilson Mhlanga afirma que o seu verdadeiro nome era Chibakuza. António Cardoso informa, por seu lado, que tomou o nome de Inharamda depois de vir do Transval, para dirigir a revolta contra o seu irmão. Os desenvolvimentos históricos do reinado de Muzila podem enumerar-se do seguinte modo: a) começo espontâneo do movimento migratório de trabalhadores para a África do Sul; b) importância crescente das receitas deste movimento que substituíram as da caça ao elefante, cuja extinção no Sul do reino se iniciou por volta da década de 1870; c) integração na economia monetária reforçada pela venda de gêneros como gergelim e amendoim, exportados por firmas francesas; d) crescente interesse dos europeus, sobretudo ingleses estabelecidos no Natal, recebendo o reino de Gaza, e visita de comerciantes, missionários, exploradores, etc.; e) renovado empenho dos portugueses pela manutenção de contactos com o reino de Gaza; f) diligências do monarca para aquisição de armas de fogo. Ver: MHLANGA, W. (1948a), «The story of the Amatshangana», *Nada*, (25), pp. 70-73; CARDOSO, A. (1887), «Expedição às terras do Muzilla (1882)», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, (3), pp. 153-240; ver ainda: YOUNG, J. (1970), «The legendary history of the Hosi and Ngorima chiefs», *Nada*, 10, (2), pp. 49-60; LOPES, G. (1928), *Respostas ao Questionário etnográfico*, Beira, Governo Territorial Companhia de Moçambique; CROONENBERGH, D. (1910), *Trois Ans dans l'Afrique Australe: 1879, 1880, 1881*, Bruxelas, Polleunis.
- 47 PÉLISSIER, R. (1907-88), *op. cit.*; ver ainda: LIESEGANG, G. (1983), *op. cit.*; RITA-FERREIRA, A. (1982a), *op. cit.*
- 48 THEAL, G. (1896), *The portuguese in South Africa*, Johannesburg, Juta; ver ainda: MYBURGH, A. (1949), *The tribes of Barbeton District*, Pretória, Dept. Native Affairs; NEVES, D. (1882), *op. cit.*; MHLANGA, W. (1948b), «The story of Ngweqazi», *Nada*, (25), pp. 70-73; ERSKINE, V. (1869), «Journal of exploration to the mouth of the river Limpopo», *Journal Royal Geography Society* (39), pp. 233-276.
- 49 TOSCANO, F. (1941b), «Sobre os indígenas portugueses ao sul do Zambeze», *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, 10, (44), pp. 65-147; ver ainda: XAVIER, A. (1894), *op. cit.*; QUINTINHA, J., TOSCANO, F. (1935), *A derrocada do Império Vátua e Mousinho de Albuquerque*, Lisboa, Casa Editora Nunes de Carvalho.
- 50 AXELSON, E. (1967), *op. cit.*
- 51 Os prazos foram uma instituição que se desenvolveu ao longo do vale do Zambeze, entre Quelimane e o Zumbo. Foi a partir de meados do século XVI que, segundo Alexandre Lobato, se fez inicialmente de forma espontânea por homens do reino, que legal ou ilegalmente, se lançaram na grande aventura do comércio no sertão. Apesar deste avanço inicial, só depois de 1618, quando a concessão das terras foi regulamentada, conforme ordem régia a D. Nuno Álvares Pereira, pelo vice-rei da Índia é que a Coroa começou a reconhecer os privilégios e direitos destes primeiros portugueses, cuja legitimação deste título se verificou sob uma forma especial de *enfeiteuse*, denominada «prazos da coroa», e através da qual a Coroa reconhecia, a quem o requeresse, a posse da terra, qualquer que tivesse sido a sua forma de aquisição. A situação de instabilidade encontrada nas comunidades políticas moçambicanas, foi extremamente favorável aos portugueses no seu estabelecimento na região do vale do Zambeze. O declínio do Estado do Monomotapa e Kalonga, já em decurso nos inícios do século XVII, e a incapacidade dos Uádi, Lundo, Macombe, Chikanga e do rei de Quiteve em estabelecerem o seu poder, impediu-os de terem um controlo efectivo sobre os territórios onde se verificava a expansão portuguesa. As origens da instituição dos prazos foram motivo de diversas reflexões: a) a origem árabe defendida por Oliveira Martins e Pedro Álvares; b) a origem

- portuguesa, com ou sem influência da Índia, defendida respectivamente, por Alexandre Lobato e Giuseppe Papagno; c) enquanto processo de substituição através da conquista aos africanos (que Carlos Serra refere como a tese do 'trespasse') que é defendida por Ernesto de Vilhena e Fritz Hoppe. Ver: LOBATO, A. (1962), «Colonização senhorial da Zambézia», in *Colonização senhorial da Zambézia e outros estudos*, Lisboa, JICU; MARTINS, J. (1889), *Relatório da Comissão encarregada de estudar as reformas a introduzir no systema dos prazos de Moçambique*, Lisboa, Imprensa Nacional; ÁLVARES, P. (1916), «O regime dos prazos da Zambézia», *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 34ª Série, (4/6); PAPAGNO, G. (1980), *Colonialismo e feudalismo: a questão dos prazos da coroa em Moçambique no fim do século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo; VILHENA, E. (1905), op. cit.; HOPPE, F. (1970), op. cit.; SERRA, C. (1978b), *Os «prazos da coroa» em Moçambique: contribuição para o estudo dos modos de produção coloniais*, Maputo, Edição do Autor; ver ainda: PERALTA, J. (1951), «Origem e evolução dos prazos da Coroa na Zambézia», *Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos*, Ano 1. (2), pp.35-41; XAVIER, A. (1889), *Estudos Coloniaes*, Nova Goa, Imprensa Nacional; NEWITT, M. (1973), op. cit.; ISAACMAN, A. (1972b), *Mozambique: the africanization of a european institution: the Zambezi prazos, 1750-1902*, Madison, University of Wisconsin Press.
- 52 A instituição prazos foi declinando principalmente a partir dos princípios do século XIX tendo como causas: a) a fraqueza estrutural da instituição, onde o âmago do problema estava na falta de legitimidade tradicional do prazeiro; b) o baixo nível de produção agrícola e as elevadas necessidades de consumo, sendo para o senhor do prazo suficiente a colecta do mussoco; c) a obrigatoriedade da comercialização interna de todos os produtos produzidos no prazo e importados; d) a competição entre os prazeiros e entre estes e as comunidades políticas vizinhas; e) a ausência de uma força militar e administração portuguesa eficiente; f) o envolvimento dos prazeiros no tráfico de escravos nos finais do século XVIII e no século XIX quando começaram a escravizar os colonos que viviam nos seus prazos prejudicando a harmonia interna dos prazos e destruindo o frágil equilíbrio que até então tinha existido; g) o crescimento do absentismo por parte dos prazeiros; h) as secas e as fomes; i) as invasões não só por causa das secas e fomes, como também de chefaturas locais que tentaram recuperar as suas terras e, sobretudo, j) devido às migrações e invasões de outras comunidade políticas, como por exemplo, os Nguni. Ver: ISAACMAN, A. (1969), «The prazos da coroa 1752-1830: a functional analysis of the political system», *Studia*, (26), pp. 149-178; ver ainda: ISAACMAN, A., ISAACMAN, B. (1975), «The prazeiros as trans-frontiersmen: a study in social and cultural change», *International Journal of African Historical Studies*, 8, (1); NEWITT, M. (1969), «Portuguese on the Zambezi: an historical interpretation of the prazos system», *Journal of African History*, X, (1), pp. 67-85; VILHENA, E. (1910), *Algumas palavras sobre o regimen dos prazos da coroa*, Lisboa, Edição do Autor.
- 53 COUTINHO, J. (1936), *Manuel António de Sousa, um Capitão-Mor da Zambézia*, Lisboa, Pelo Império.
- 54 ISAACMAN, A. (1986), «Ex-slaves, trans-frontiersmen and the slave trade: the Chikunda of the Zambese Valley, 1850-1900», in LOVEJOY, P. (ed.), *Africans in bondage: studies in slavery and the slave trade*, Madison, University of Wisconsin.
- 55 ISAACMAN, A., ROSENTHAL, A. (1984), «War, Slaves and economy: the late nineteenth-century Chikunda expansion in South-Central Africa», *Cultures et Développement: Revue Internationale des Sciences du Développement*, vol. XVI, (3/4), pp. 639-670; ver ainda: NEWITT, M., GARLAKE, P. (1967), «The 'aringa' at Massangano», *Journal of African History*, vol. VIII, (1), pp. 133-156; CAPELA, J. (1988), *A República Militar de Maganja da Costa (1862-1898)*, Maputo, AHM; EÇA, F. (1953), *História das guerras no Zambeze, Chicoca e Massangano (1807-1888)*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- 56 Dois missionários estrangeiros obtiveram, em 1885, junto dos Macuacuos, a informação de que a morte de Muzila foi mantida em segredo durante dois anos, para que, entretanto, fosse firmemente estabelecida a autoridade política do seu sucessor. É que, segundo relatos orais e escritos, no Estado de Gaza o direito sucessório era tão caprichoso como o dos restantes reinos de origem Nguni. Assim, em 1872, o Estado de Gaza, ainda não dispunha de uma *inkosikazi* (ou *khosikazi* - rainha: diz-se a mulher principal entre as esposas de um poígino), cujo *loboto* tivesse sido pago pela comunidade política. De uma observação de António Cardoso parece inferir-se que Mundungwa era o herdeiro preferido. Porém, o mesmo autor não deixa de precisar que três dos filhos conspiravam para se apoderarem do poder: Mafumane, Mudungaz e Como-Como. Que o primeiro foi mandado assassinar pelo segundo não oferece qualquer dúvida. Por seu lado, Como-Como também desapareceu misteriosamente. Mesmo assim, Mudungaz parece ter vivido no perpétuo tormento de que regressassem dois outros irmãos, Anhana e Mafabaze que, prudentemente, se tinham posto a salvo. Sabe-se que após a sua investidura, o novo monarca, já com o nome de Ngungunyane, continuou a política predatória e agressiva dos seus antecessores. Tentou, de seguida, em repetidas incursões militares, vencer os Manicas refugiados nas montanhas e, mandou cobrar tributos entre outros, aos reinos Shona-Carangas. Ver: CARDOSO, A. (1887), op. cit.; ver ainda: WHEELER, D. (1968a), «Gungunhana», in BENNETT, N. (ed.), *Leadership in Eastern Africa*, Boston, Boston University Press; SERRANO, J. (1894), «Explorações portuguesas em Lourenço Marques e Inhambane», *Boletim da Sociedade Geographia de Lisboa*, (6), pp. 397-447; XAVIER, A. (1894), op. cit.; RODNEY, W. (1971), «The year 1895 in southern Mozambique: African resistance to the imposition of european colonial rule», *Journal History Society Nigeria*, 5, (4), pp. 509-536.
- 57 LIESEGANG, G. (1986b), *Vassalagem ou Tratado de Amizade? História do Acto de Vassalagem de Ngungunyane nas Relações Externas de Gaza*, Maputo, AHM.
- 58 HARRIES, P. (1981a), op. cit.
- 59 As duas Companhias Majestáticas institucionalizadas em Moçambique eram a Companhia de Moçambique e a Companhia do Niassa. A Companhia de Moçambique teve como predecessoras a Société des Fondateurs de la Compagnie Générale du Zambeze (1878/79) e a Companhia de Ophir (1884). A concessão foi-lhe dada por 50 anos. Uma figura chave para o desenvolvimento desta companhia foi a de Paiva de Andrada. Em 1891, numa tentativa de transformar a Companhia em algo mais viável, o governo português concedeu-lhe uma nova carta, onde lhe eram dados poderes soberanos sobre o território de Manica e Sofala, entre os prazos do Zambeze a Norte e o rio Save a Sul. Para evitar a desnacionalização da

Companhia, o governo decidiu que esta teria a sua sede em Lisboa, que a maioria dos seus directores seriam portugueses e que os seus estatutos seriam sujeitos à revisão do governo. No entanto, outras provisões da carta facilitavam essa mesma desnacionalização tida pelos portugueses, nomeadamente a possibilidade de estrangeiros poderem comprar quotas e obterem da companhia sub-concessões. Ao longo de 1890 era reconhecido o domínio da administração inglesa na companhia (veja-se o caso do inglês Albert Ochs). Por seu lado, a Companhia do Niassa obteve a sua carta em Setembro de 1891, por 25 anos (que mais tarde foram estendidos a 35 anos). O seu território abrangia a região de Cabo Delgado e Niassa. Obrigações semelhantes à Companhia de Moçambique foram dadas à do Niassa. A Companhia não foi formada senão em Março de 1893 e não foi senão em Setembro de 1894 que a Companhia tomou formalmente posse dos territórios. Barry Neil-Tomlinson divide a actuação da Companhia em três períodos: o primeiro que vai de 1894 a 1898, em que a Companhia publicamente expressou que o seu objectivo era o desenvolvimento económico da região, mas onde a sua influência não se espalhou mais do que a alguns pontos isolados da costa, e onde o acontecimento mais importante foi a introdução do imposto da palhota em 1898. O segundo período vai de 1899 a 1914. Neste período, a Companhia tomou-se uma força de conquista e ocupação. Mas os acontecimentos no Niassa e mudanças nos interesses capitalistas levaram a que, por volta de 1909, se tivesse abandonado o objectivo do desenvolvimento económico, virando-se a Companhia para a expansão do seu papel como fornecedora de força de trabalho migrante. Em 1913, o trabalho migratório para a África do Sul acabou e a Companhia mudou de mãos. No terceiro período, de 1919 a 1929 a Companhia virou-se para o aumento do nível de cobrança do imposto de palhota como forma de aumentar os seus rendimentos, expandindo e intensificando os abusos que sempre cometera. Em 1929, o governo português toma posse do território. Ver: NEIL-TOMLINSON, B. (1977), «The Nyassa Chartered Company: 1891-1929», *Journal of African History*, XVIII, (1), pp. 109-128; ver ainda: SOUTO, A. (1996), *op. cit.*; COSTA, M. (1989), «No centenário da Companhia de Moçambique, 1888-1988», *Arquivo*, (6), pp. 65-76; NEIL-TOMLINSON, B. (1990), *The Mozambique Chartered Company, 1892 to 1910*, London, University of London. Tese de Doutoramento; NEWITT, M. (1981), *op. cit.*; COSTA, E. (1902), *O território de Manica e Sofala e a administração da Companhia de Moçambique: 1892-1900*, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora; NEIL-TOMLINSON, B. (1979), *Manica and Sofaland the Mozambique Chartered Company, 1892-1910*, London, Institut of Commonwealth Studies; STUART, R. (1985), «Os Nyanja, o U.M.C.A. e a Companhia do Niassa, 1880-1930», *Revista Internacional de Estudos Africanos*, (3), pp. 9-44; COUTINHO, J. (1893), *Do Nyassa a Pamba: os territórios da Companhia do Nyassa: o futuro porto comercial da região dos Lagos*, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional; WORSFOLD, W. (1899), *Portuguese Nyassaland: an account of the discovery, native population, agricultural and mineral resources and present administration of the territory of the Nyassa Company*, London, Sampson Low; MIRANDA, J. (1902), *Manica e Sofala: guide to the Mozambique Company's territory*, London, William Clowes; COSTA, M. (1940), *Do Zambeze ao paralelo 22º: monografia do território de Manica e Sofala sob a administração da Companhia de Moçambique*, Beira,

Companhia de Moçambique.

- 60 WHEELER, D. (1968b), «Gungunyane the Negotiator: a study in African Diplomacy», *Journal of African History*, 9.
- 61 PÉLISSIER, R. (1987-88), *op. cit.*
- 62 O Estado de Gaza constituía a maior ameaça ao plano de ocupação colonial concebido pelos portugueses. O rei Ngungunyane, várias vezes tinha desafiado o ocupante, tendo mesmo, depois da derrota de Marracuene, acolhido sem receios, nas suas terras, Mahazule de Magaia e Nuamantibjana de Zihlahla. Depois da vitória de Marracuene, António Enes, preparou o seu plano de ataque a Gaza, quer no campo diplomático, quer no campo militar. Vários emissários portugueses estabeleceram contactos com Ngungunyane, com o objectivo de: a) impedir que Ngungunyane ganhasse força no campo militar, convencendo-o de que não haveriam ataques ao seu território; b) impedindo a sua aliança com a Companhia de Moçambique, para a cobrança de impostos no seu território; c) evitar o estabelecimento de negociações com a British South Africa Company. Os portugueses tentaram, ainda, estabelecer negociações com Ngungunyane, com vista a obter a extradição dos chefes tradicionais refugiados da batalha de Marracuene. Finalmente, os portugueses decidiram atacar militarmente. A investida, cuidadosamente preparada, foi feita em três frentes: a 8 de Setembro, uma coluna vinda do Sul, travou uma violenta batalha em Magul, onde se encontrava refugiado Nuamantibjana (Zihlahla), que Ngungunyane se havia recusado a entregar aos portugueses; entretanto, uma quadrilha de embarcações, em Outubro de 1895, havia penetrado pelo Limpopo, submetendo Xai-Xai e Bilene; uma outra coluna, vinda de Inhambane, a 7 de Novembro, defrontou-se com o exército de Gaza em Cololela, perto de Mandlakazi (a capital), que foi incendiada. A 28 de Dezembro de 1895, descoberto que foi o refúgio de Ngungunyane em Chaimite, este foi preso por Joaquim Mouzinho de Albuquerque e levado para Lisboa, com deportação ulterior para os Açores. No dia 21 de Julho de 1897, em Macotene (a 10 quilómetros do Chibuto), um exército português reforçado, uma vez mais sob o comando de Joaquim Mouzinho de Albuquerque, derrotou as forças militares de Gaza. Entretanto, a Sul, a independência de Maputo tinha finalmente, terminado em Fevereiro de 1896. Tentou Joaquim Mouzinho de Albuquerque capturar o rei Nguanaze, mas não o conseguiu, pois este escapou-se passando para o território britânico, a Sul da Ponta de Ouro, onde (r)estabeleceu o seu reino. Ver: ROCHA, A. *et al.* (1983), *op. cit.*; ver ainda: ENES, A. (1945), *A guerra em África em 1895*, Lisboa, (s.e.); HAMMOND, R. (1966), *op. cit.*; ANDREA, Á. (1897), «A marinha de guerra na campanha de Lourenço Marques e contra o Gungunhana, 1894-1895», *Anais do Clube Militar Naval*, (s.n.); MARQUES, M. (1930), *A prisão de Gungunhana*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.
- 63 ROCHA, A. *et al.* (1983), *op. cit.*; ver ainda: WHEELER, D. (1968a), *op. cit.*
- 64 PÉLISSIER, R. (1987-88), *op. cit.*
- 65 PÉLISSIER, R. (1987-88), *op. cit.*
- 66 No dia 21 de Julho de 1897, cerca de 5000 guerreiros, a maioria dos quais de origem VaNdau, atacaram o quadrado português em Macotene, tendo sido destruídos pela fuzilaria e logo perseguidos pela cavalaria e pelos auxiliares do exército português. Magigwane Khosa foi morto durante a tentativa de fuga para o Transval. Alguns prisioneiros declararam que Magigwane Khosa mandara matar a própria mãe-substituta de

- Ngungunyane, Umpibecazana, por ser favorável aos portugueses, e ter discordado do massacre do destacamento do alferes Charnusca, em Palule. Ver: ALBUQUERQUE, J. (1935), *Livro das Campanhas*, Lisboa, Biblioteca Colonial Portuguesa; ver ainda: QUINTINHA, J., TOSCANO, F. (1935), *op. cit.*; ALBERTO, C. (1896), *A Campanha d'África contada por um sargento*, Lisboa, (s.e.); ALBUQUERQUE, J. (1934), *Moçambique: 1896-1898*, Lisboa, (s.e.).
- 67 Magigwane Khosa parece ter exercido funções de cozinheiro na corte de Muzila. Graças à sua bravura, valor pessoal e plena integração nos costumes VaNguni, conseguiu guindar-se à posição de comandante-em-chefe do exército. Contudo não podia comparecer às assembleias que reuniam os membros da aristocracia e senhores de terras VaNguni. Joaquim Mouzinho de Albuquerque enumera deste modo as causas da revolta organizada por Magigwane Khosa e Djambul, tio de Ngungunyane, em 1897: a) fraca ocupação militar; b) secas de 1895 e 1897, aliadas à peste bovina e às pragas de gafanhotos que conduziram a condições de fome e levaram os VaNguni a pretender regressar ao prévio sistema de pilhagem para conseguirem sobreviver; c) abusos praticados pelos cipais; d) desejo de saquear as lojas dos comerciantes asiáticos. Ver: ALBUQUERQUE, J. (1935), *op. cit.*; ver ainda: D'ORNELLAS, A. (1930), *Cartas de África: A Campanha do Gungunhana - 1895*, Lisboa, (s.e.); COSTA, M. (1899), *Gaza (1897-1898)*, Lisboa, M. Gomes Edições.; QUINTINHA, J., TOSCANO, F. (1935), *op. cit.*
- 68 Após a revolta militar de Magigwane Khosa, em 1897, existiram outras tentativas de rebelião que revelavam a existência de focos de agitação não totalmente extintos: a) em Janeiro de 1900, registou-se a revolta em que sobressaiu o régulo Chianána e apareceu envolvido o célebre Stanhola; b) a revolta de 1902 dirigida por Cuio, tio de Ngungunyane; e por último, c) a revolta de 1905(6?), na qual se encontravam implicados o régulo Tomundo e os régulos VaNguni Saconaca, Mongua, Mampumana e Sacobia. Todos estes revoltosos foram deportados e as suas terras fracionadas e distribuídas por outros régulos de maior confiança do Estado colonial português. Ver: ROCHA, A. *et al.* (1983), *op. cit.*; ver ainda: ANDRADE, A. (1907), *Relatórios sobre Lourenço Marques*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, p. 258.
- 69 Na conjuntura histórica em que Ngungunyane governou, as casas principais eram: Mandhlakazi (de Ngungunyane) e Nodwengu (de Muzila). Estas casas eram respectivamente a do rei e a de sua mãe (enquanto representantes do falecido pai). Ver: COSTA, M. (1899), *op. cit.*; ver ainda: LIESEGANG, G. (1986b), *op. cit.*
- 70 XAVIER, A. (1894), *op. cit.*
- 71 LIESEGANG, G. (1983), *op. cit.*; ver ainda: RITA-FERREIRA, A. (1974), *op. cit.*
- 72 LIESEGANG, G. (1983), *op. cit.*; ver ainda: OMER-COOPER, J. (1969b), *op. cit.*; RITA-FERREIRA, A. (1974), *op. cit.*
- 73 Gerhard Liesegang cita duas passagens de Van Warmelo e Grandjean que nos dão ideia da estreita relação existente entre a divisão administrativa e a deliberada dispersão das rainhas por todo o território ocupado: «As mulheres do rei não vivem em conjunto mas encontram-se distribuídas em grupos de três, no máximo, pelas diversas capitais reais... Cada uma tem sob seu domínio uma parte do país, recebendo os respectivos tributos. Todo o chefe da povoação sabe qual a capital real a que pertence... As pessoas mais importantes em cada capital real, são a rainha (inkosikazi), o filho mais velho (inkosa) e o governador (induna)». Referem ainda «Com efeito, é costume entre os zulus, sempre que cada indivíduo ou chefe se coloca sob a suzerania de um grande senhor, que seja por este atribuído à 'casa' de uma das suas esposas onde se acolhe durante os períodos da sua permanência na corte e de cujo primogénito é considerado vassalo. Se um chefe pretende favorecer um dos seus filhos a expensas de outros atribui um maior número de hóspedes à 'casa' da respectiva mãe. Soshangane, que gostava de Muzila, deu-lhe dessa maneira um grande número de súbditos...». Além da capital suprema onde vivia o inkosi e das capitais das rainhas-esposas, tinham também importância administrativa e acima de tudo ritual, as capitais sagradas onde residiam as rainhas-viúvas ligadas ao culto nacional dos falecidos monarcas. As viúvas de Segone, pai de Soshangane, em cuja memória os regimentos iam por vezes dançar, tiveram a sua povoação sagrada em Chiduachine, a 25 quilómetros do Chibuto. A capital onde viveu o primeiro monarca de Gaza, Chaimite, também foi revestida de carácter sagrado após a sua morte, e assim se manteve até à derradeira hora do Estado, quando nela foi preso Ngungunyane. Ver: LIESEGANG, G. (1967), *op. cit.*; ver ainda: LIESEGANG, G. (1983), *op. cit.*; OMER-COOPER, J. (1969b), *op. cit.*; RITA-FERREIRA, A. (1974), *op. cit.*; CRUZ, M. (1982), *op. cit.*
- 74 As funções destes governadores podem definir-se: a) nomeação dos *tindunas*, chefes administrativos e militares; b) resolução de litígios com recurso para o *inkosi*; c) mobilização dos regimentos por ordem do *inkosi*; d) policiamento e manutenção da ordem; e) cobrança de tributos; f) distribuição da terra destinada a cultivo, pastagens ou construção de povoações. Ver: RITA-FERREIRA, A. (1974), *op. cit.*; ver ainda: CARDOSO, A. (1887), *op. cit.*
- 75 Em matéria de penas em géneros, encontra-se na documentação contemporânea, o exemplo concreto de um chefe tradicional Shona-Karanga, sito a Noroeste de Manica, castigado com pesadas multas de gado bovino e caprino por se ter gabado, perante alguns missionários belgas, de não reconhecer a autoridade política de Muzila. Os testemunhos escritos indicam que, quando o julgassem necessário, os monarcas Nguni procediam à eliminação individual dos chefes tradicionais Tsongas mais poderosos, como aquele que é referido por António Cardoso, mandado executar no defeito de intrigas movidas por invejosos da sua riqueza e das suas quarenta mulheres. Também Sibomo, rei dos Dzivi, herdou o cargo de um irmão que, apesar de decrépito e doente, fora mandado queimar vivo no interior da sua palhota, por Muzila o considerar suspeito de conspiração. As comunidades políticas autóctones que persistissem na sua resistência ou desobediência eram atacadas tantas vezes quantas as necessárias para mostrarem, finalmente, completa submissão política. Sabe-se que em 1855 os Va-Loyi chefiados por Chicalacuala foram punidos por haverem, sem prévia autorização de Soshangane, permitido a passagem da expedição de Santa Rita Montanha. Também se conhece que em 1890 os Hlengues e os Va-Loyi chefiados por Tchimbazo sofreram frequentes incursões punitivas. Todavia, o caso de genocídio melhor conhecido envolveu não os VaTsonga mas os VaCopi, cujo impiedoso e sistemático massacre, sobretudo dos súbditos de Binguane, foi ordenado por Ngungunyane, logo que se instalou na sua nova capital meridional. Entre outros, é impressionante

- o testemunho de múltiplas impiedades, narradas por George Liengme, que viveu dois anos na própria corte de Ngungunyane. Das chacinhas apenas escapavam os adolescentes e as mulheres mais jovens e válidas. Os primeiros, conhecidos por *linhoco*, eram reduzidos à escravidão doméstica e podiam até ser transaccionados. As segundas eram integradas nos lares polígamos. Ver: CARDOSO, A. (1887), *op. cit.*; LIENGME, G. (1901), «Un Potentat Africain: Goungounyane et son Règne», *Bull. Soc. Neuchâtel Géogr.*, 13; ver ainda: SEQUEIRA, A. (1933), «Vilanculos», *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, 2, (8); LIENGME, G. (1978), «Gungunhana por quem o conheceu», *Tempo*, (413).
- 76 Sobre a economia interna, o Estado de Gaza era constituído por áreas ecologicamente diferentes e, por isso, a economia era adaptada aos recursos existentes em cada uma delas. Na sua maioria, eram criadores de gado bovino (o gado bovino era extremamente importante para o Estado de Gaza, encontrando-se principalmente nas mãos do rei e da aristocracia, totalmente monopolizado pelos VaNguni), agricultores, caçadores e recolectores. Conheciam também a olaria, a cestaria, a talha em madeira e a metalurgia do ferro. O *muti* era a mais importante unidade de produção. A divisão de tarefas foi de acordo com a idade, o sexo e a posição social. A importância do comércio externo foi analisado por diferentes autores, e tem conduzido a múltiplos debates sobre o seu impacto e a sua importância para o rei e a aristocracia, nomeadamente no que se refere ao seu monopólio - principalmente do comércio do marfim. Mas é, sobretudo em relação ao comércio de escravos, que o debate é grande. Patrick Harries procurou demonstrar que a escravatura se tornou um elemento importante das formas de produção praticadas no século XIX no Estado de Gaza, mas defendeu que, em nenhum momento, o modo de produção escravagista conseguiu emergir em oposição ao modo de produção baseado no parentesco, nem que uma «classe escravagista» tivesse emergido consciente da sua posição e capaz de se reproduzir. Ligado a este debate encontram-se também os aspectos relativos à escravatura doméstica analisada sobretudo por Patrick Harries e que é vista como uma forma de incorporação social e política que conduziu à expansão do tamanho do grupo governante, providenciando uma fonte de acumulação de riqueza e de atracção de seguidores. Em suma, as fontes de rendimento da estrutura administrativa e militar para a reprodução da classe aristocrática Nguni eram asseguradas através de rendimentos provenientes de várias origens: a) produção doméstica baseada no trabalho cativo em unidades de produção da aristocracia Nguni; b) dos saques e pilhagens feitos durante as guerras (gado, cativos, etc.); c) alimentos dados a, ou tirados por, emissários do rei, soldados, etc.; d) taxas exigidas pela corte; e) pagamentos feitos por estrangeiros para facilitar transacções comerciais, obtenção de licenças de caça, entre outras; f) serviços prestados gratuitamente, como o transporte de carga, trabalhos nos campos, construções de residências de chefes. Ver: HARRIES, P. (1981b), «Slavery among the Gaza Nguni: its changing shape and function and its relationship to other forms of exploitation», in PEIRES, J. (ed.), *Before and after Shaka: papers in Nguni History*, Grahamstown, Rhodes University; ver ainda: SMITH, A. (1969), *op. cit.*; LIESEGANG, G. (1983), *op. cit.*; CRUZ, M. (1982), *op. cit.*; RITA-FERREIRA, A. (1974), *op. cit.*
- 77 O exercício do poder real, entre os Nguni, não estava dissociado do exercício de cerimónias mágico-religiosas. Todos os anos, por exemplo, o rei chefiava alguns rituais relacionados com o ciclo agrário. O mais importante destes rituais celebrava-se em Fevereiro, e era determinado pelo aparecimento dos primeiros frutos. Era o *Inkwaya* (Incuala). Aparentemente, o *Inkwaya* em Gaza reunia muitas das características do *Inkwaya* Swazi. Este comportava duas fases. Na primeira fase, a capital era simbolicamente saqueada e o soberano sujeitava-se aos «rancores» da comunidade política. Os cânticos que no contexto ritual eram entoados diziam que a comunidade política, sua «inimiga», o rejeitava. Todavia, o poder político saía reforçado da «prova» e o rei passava a ser o Touro, o Leão, etc. A segunda prova, conduzida pelo soberano, principiava pelo consumo das primícias, e a assistência presente estava hierarquizada consoante os graus de distinção que cada um detinha na estrutura político-administrativa do Estado Nguni. Aqui, demonstrava-se ao rei quer amor quer ódio, e ele simulava hesitar em assumir o governo da comunidade política, acabando finalmente por «ceder» aos pedidos dos membros do clã real e às solicitações dos seus guerreiros. O poder era então restaurado, e restabelecida a identidade soberana do rei com a comunidade política. O *Inkwaya* libertava as tensões sociais e transformava-as em factor de unidade política e de prosperidade económica. O rei participava, igualmente, nas cerimónias que tinham por objectivo «dar força» aos guerreiros que partiam para a guerra: *Mbengululu*. Ver: ROCHA, A. *et al.* (1983), *op. cit.*; ver ainda: RITA-FERREIRA, A. (1974), *op. cit.*; DOYLE, D. (1891a), «With King Gungunhana», *Fortnightly Review*, (s.n.); DOYLE, D. (1891b), «A journey through Gazaland». *Proceedings of the Royal Geographical Society*, vol. XIII; LIENGME, G. (1905), «The last South African potentate: Gungunhane, his court and national rites», *Andresses Pap. Brit. South Afr. Assoc. Advanc. Sci.*, (3), pp.300-307; COOK, P. (1930), «The Inqwala ceremony of the Swazis», vol. 4, (3), pp. 205-210.
- 78 Foi o caso do Magude, cuja povoação em 1860 possuía seiscentas palhotas, também de Mahuntse, rei dos Macuacuas, a que já aludimos. Bem como de Inguana, dirigente do ramo meridional dos Va-Loyi, que em 1890 gozava de uma certa prosperidade política. Ver: OLIVEIRA, T. (1990), «O rei Mahuntse Makwakwa: relatos da tradição oral», *Arquivo*, (8), pp. 143-149; ver ainda: NEVES, D. (1878), *Itinerário de uma Viagem à Caça dos Elefantes*, Lisboa, Tipografia Universal.
- 79 LIENGME, G. (1901), *op. cit.*
80 LIENGME, G. (1901), *op. cit.*
81 LIENGME, G. (1901), *op. cit.*
82 SEQUEIRA, A. (1933), *op. cit.*